



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS FLORIANÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO ÁREA DE CIÊNCIAS DA
NATUREZA E MATEMÁTICA

Maiara da Silva Pereira

**A Luta Contra a Demonização das Curandeiras: Desvendando Estigmas como
Subsídio para o Ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo**

Florianópolis, 2025

Maiara da Silva Pereira

A Luta Contra a Demonização das Curandeiras: Desvendando Estigmas como Subsídio para o Ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura em Educação do Campo Matemática e Ciências da Natureza do Campus de Florianópolis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador/a: Carolina Orquiza Cherfem, Dr.(a)
Coorientador/a: Gabriele Nigra Salgado, Dr.(a)

Florianópolis, 2025

Pereira, Maiara da Silva

A Luta Contra a Demonização das Curandeiras:
Desvendando Estigmas como Subsídio para o Ensino de
Ciências da Natureza na Educação do Campo / Maiara da
Silva Pereira ; orientador, Carolina Orquiza Cherfem,
coorientador, Gabriele Nigra Salgado, 2025.

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Educação do Campo,
Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Demonização contemporânea
feminina. 3. Saberes tradicionais femininos. 4. Práticas
tradicionais femininas. 5. Curandeiras e benzedoras. I.
Cherfem, Carolina Orquiza. II. Salgado, Gabriele Nigra.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Educação do Campo. IV. Título.

Maiara da Silva Pereira

A Luta Contra a Demonização das Curandeiras: Desvendando Estigmas como Subsídio para o Ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Licenciatura e aprovado em sua forma final pelo Curso de Educação do Campo Matemática e Ciências da Natureza.

Local: na sala 111, bloco D, do CED na UFSC, às 14h no dia 03 de Dezembro de 2025.

Insira neste espaço
a assinatura

Coordenação do Curso: Roberto Antônio Finatto

Banca examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Dra. Carolina Orquiza Cherfem
Orientadora e Presidente

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Dra. Gabriele Nigra Salgado
Coorientadora

Insira neste espaço
a assinatura

Prof. Dra. Beatriz Bittencourt Collere Hanff
Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Profa. Ma. Kátia Thaiana Stefanos
Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora

Insira neste espaço
a assinatura

Profa. Dra. Marília Carla de Mello Gaia
Universidade Federal de Santa Catarina
Examinadora Suplente

Dedico este trabalho à minha família, que sempre acreditou em mim e sustentou meus passos com amor, coragem e paciência. Aos meus amigos, cuja presença constante iluminou os momentos mais desafiadores desta jornada. Aos meus animais de estimação, companheiros silenciosos que enchem meus dias de afeto verdadeiro. Dedico também às mulheres, às que vieram antes, às que estão aqui e às que ainda virão que, mesmo sem dever, ainda sofrem diariamente por simplesmente serem mulheres. Que este trabalho seja, de alguma forma, um gesto de reconhecimento e resistência. Às mulheres fundamentais da minha vida, minha mãe, Rosilene da Silva Moraes, e minha irmã, Gisele da Silva Pereira, que me ensinaram força, sensibilidade e dignidade. E, finalmente, dedico às minhas futuras filhas, que ainda não conheço, mas por quem desejo um mundo mais justo, mais seguro e mais livre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que me sustentou quando o caminho ficou difícil e celebrou comigo cada pequena vitória. Aos meus amigos, por cada conversa, cada abraço, cada riso compartilhado, vocês tornaram este percurso mais leve. Aos meus animais de estimação, que com seus olhos sinceros e amor silencioso me lembraram, todos os dias, da beleza das coisas simples.

Agradeço também às palavras, imagens e sons que me acompanharam: aos livros, filmes e músicas que me inspiraram profundamente. Todas as obras que me ajudaram ao longo desses anos de curso, cujas obras embalaram minhas reflexões, meus desabafos e minha criatividade durante toda a construção deste trabalho.

“Quando todo mundo acredita em você, qual é a sensação? Eu estou tão cansada de correr o mais rápido que posso, imaginando se eu chegaria lá mais rápido se fosse um homem... porque se eu fosse um homem, eu seria O homem”
The Man - Taylor Swift (2019).

“Eles estão queimando todas as bruxas, mesmo se você não for uma, eles têm suas forquilhas e suas provas, suas fontes e motivos... então vá em frente e me queime”
I Did Something Bad - Taylor Swift (2017).

“Eles te dizem quando você é jovem
“Garotas, saiam e se divirtam” e depois
eles caçam e matam aquelas que fazem
isso. Criticam o jeito que você se eleva
pelo céu”. Nothing New – Taylor Swift feat.
Phoebe Bridgers (2021).

RESUMO

O trabalho investiga como a demonização histórica das mulheres curandeiras, benzedeiras e praticantes de saberes tradicionais se manifesta na vida de duas mulheres do município rural de Timbó Grande (SC), analisando a permanência de estigmas associados ao feminino e aos conhecimentos populares. A pesquisa identifica como essas representações influenciam suas trajetórias pessoais, relações sociais, autoestima e atuação comunitária, além de discutir a relevância desses saberes enquanto subsídios para o ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo. O estudo adota abordagem qualitativa e utiliza entrevistas semiestruturadas com uma benzedeira e uma mãe de santo, buscando compreender suas práticas, experiências de preconceito e formas de resistência. A análise dos relatos evidencia que a demonização do feminino permanece presente no cotidiano, especialmente quando essas práticas são associadas a crenças negativas ou a discursos religiosos excludentes. Os resultados revelam que as entrevistadas enfrentam restrições sociais e emocionais decorrentes desses estigmas, mas também demonstram força simbólica e comunitária ao preservarem conhecimentos ancestrais sobre cura, espiritualidade e uso de ervas medicinais. O estudo demonstra que esses saberes constituem importante forma de produção de conhecimento, historicamente marginalizada, porém fundamental para compreender as relações entre ciência, cultura e educação no campo. Conclui-se que reconhecer e valorizar tais práticas no ensino de Ciências contribui para uma formação mais crítica, inclusiva e sensível às realidades dos territórios rurais, fortalecendo a autonomia das mulheres e a diversidade de saberes presentes nas comunidades.

Palavras-chave: saberes tradicionais; cura tradicional; resistência.

ABSTRACT

The study investigates how the historical demonization of women healers, folk practitioners, and guardians of traditional knowledge manifests in the lives of two women from the rural municipality of Timbó Grande (SC), examining the persistence of stigmas associated with femininity and popular knowledge. The research identifies how these representations influence their personal trajectories, social relationships, self-esteem, and community roles, as well as discussing the relevance of these practices as pedagogical resources for teaching Natural Sciences within Rural Education. The study adopts a qualitative approach and employs semi-structured interviews with a benzedeira and a mãe de santo, aiming to understand their practices, experiences of prejudice, and forms of resistance. The analysis of the narratives reveals that the demonization of the feminine remains present in their daily lives, especially when these practices are linked to negative beliefs or exclusionary religious discourses. The results show that the participants face social and emotional constraints derived from such stigmas, yet they also demonstrate symbolic and community strength by preserving ancestral knowledge related to healing, spirituality, and the use of medicinal plants. The study demonstrates that these knowledge systems constitute an important form of knowledge production, historically marginalized yet essential for understanding the relationships among science, culture, and education in rural contexts. It concludes that recognizing and valuing these practices in Science Education contributes to a more critical, inclusive, and context-sensitive educational process, strengthening women's autonomy and the diversity of knowledge present in rural communities.

Keywords: traditional knowledge; traditional healing; resistance.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Minha relação com o tema.....	15
1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Justificativa	20
1.2. Problema de pesquisa	21
1.3. Objetivos	22
1.3.1. Objetivo geral	22
1.3.2. Objetivos específicos	22
2. METODOLOGIA	22
2.1. Tipo de pesquisa	22
2.2. Contexto e local da pesquisa	22
2.3. Participantes e instrumentos de coleta	23
2.4. Análise de dados	24
2.5. Ética na pesquisa	24
3. MARCO TEÓRICO: MULHERES, CAPITALISMO E SABERES ANCESTRAIS	25
3.1. Representações históricas da mulher como demoníaca	25
3.2. Análise das representações históricas e culturais da mulher como demoníaca no Brasil	30
3.3. Mulheres, Corpo e Capitalismo.....	33
3.4. Mulheres e a Perseguição por Bruxaria: Um Panorama da Idade Média à Atualidade.....	36

3.5. Estigmas voltados às curandeiras, benzedoras e conhecedoras de ervas medicinais no campo	38
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1. História de vida e prática	42
4.2. Percepção social, preconceito vivido e religiosidade	47
4.3. Impactos pessoais e familiares	55
4.4. Saúde mental e autoestima	57
4.5. Identidade e resistência.....	59
4.6. Visibilidade e Ensino de Ciências	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
6. REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE A ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	76
ANEXO 1	78

APRESENTAÇÃO

Meu nome é Maiara da Silva Pereira, nascida em São José dos Pinhais – PR, uma cidade que guarda muitas das minhas recordações da infância, onde morei até os meus 12 anos, época em que minha vida mudou drasticamente devido a uma circunstância delicada: meu pai foi diagnosticado com câncer renal. Esta informação impactou fortemente a nossa família e, em busca de dar conforto ao meu pai, optamos por nos mudar para Timbó Grande - SC, sua cidade natal, onde continuo morando até hoje. Essa transformação representou um ponto crucial na minha trajetória de vida, não apenas modificando o meu ambiente físico, mas também influenciando diretamente na minha formação pessoal, sociocultural e acadêmica.

No município de Timbó Grande, passei pelo luto da morte do meu pai, uma vivência dolorosa e transformadora. Neste cenário, a escola se transformou em um autêntico abrigo para mim. O ambiente escolar, composto por professores, direção e colegas, foi crucial para me dar forças para prosseguir. O acolhimento, o cuidado e o apoio que obtive dessas pessoas foram fundamentais para o meu progresso emocional e cognitivo. Foi neste ambiente que comecei a entender a relevância da educação na vida dos indivíduos, e, em especial, a importância da escola numa comunidade do interior, e rapidamente me interessei, ainda no ensino médio, em seguir uma carreira no campo educacional.

Durante o primeiro ano do ensino médio, surgiu a chance de atuar como estagiária na própria instituição de ensino onde estava matriculada. Essa oportunidade veio através da direção, uma vez que sempre fui muito ligada e atuante na escola. Quando surgiu a vaga, me inscrevi e logo consegui iniciar esse estágio que foi extremamente importante para minha vida acadêmica e também me possibilitou uma renda extra para me auxiliar com meus gastos pessoais básicos.

No estágio, como eu fui a primeira estagiária da escola, as funções eram diversas, não havia funções especificadas, então eu exercia tarefas variadas, mas principalmente na sala de informática, onde eu auxiliava estudantes e professores com o uso das tecnologias, era responsável por cuidar dos computadores e notebooks e multimídias. Com o início do estágio, comecei a equilibrar o trabalho pela manhã com os estudos à noite, o que exigiu de mim muita disciplina, organização e determinação. Esta vivência prática, juntamente com a aprendizagem

teórica, foi crucial para a minha formação. Durante a pandemia de Covid-19¹, em 2020, finalizei o terceiro ano do ensino médio, acumulando uma experiência valiosa como estagiária na educação básica, que me deu uma perspectiva mais abrangente e realista do cotidiano escolar.

A decisão de seguir a carreira na Educação foi fortemente moldada pelas relações que criei com a administração escolar e, especialmente, com uma docente que se transformou em uma autêntica fonte de inspiração para mim. Ela me inspirou a confiar em minha capacidade e a ver a docência como uma carreira que pode mudar vidas, inclusive a minha. Depois, soube do curso de Educação do Campo através de uma amiga que já havia finalizado essa mesma graduação. Ela me elucidou sobre o objetivo do curso e o seu currículo único, enfatizando tópicos como política, lutas sociais, feminismo, questões raciais e outros temas críticos que sempre despertaram meu interesse e curiosidade. Motivada por essa conversa, decidi trancar dois cursos online que havia começado, um de história e outro de pedagogia e, ainda durante a pandemia, iniciei minha jornada no curso de Educação do Campo.

O curso de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) funciona em uma modalidade de alternância que relaciona o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, tendo 100% de sua carga horária presencialmente. Quando iniciei o curso, durante a pandemia, as aulas necessitavam ser a distância, e essa modalidade de ensino, imposta pela pandemia, foi crucial para que eu pudesse acompanhar as aulas e prosseguir com meus estudos, pois haviam as adversidades financeiras e a distância do polo de Canoinhas-SC, onde as aulas presenciais iriam ocorrer quando a pandemia acabasse. Logo, quando as aulas voltaram a ser presenciais, encontrei grandes obstáculos, já que, sem emprego, não tinha recursos para custear as despesas de transporte até o polo, e o pouco que eu recebia com bolsas e trabalhos a parte, iam para minhas despesas básicas como alimentação e moradia. Durante esse período, a ausência de apoio e assistência complicou ainda mais a minha permanência, resultando no trancamento de algumas matérias, principalmente as que

¹ Segundo Brasil (2024), COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, da família dos coronavírus, que emergiu no final de 2019, espalhando-se globalmente e causando uma pandemia declarada pela OMS em março de 2020, com sintomas como febre, tosse seca, fadiga, perda de olfato/paladar e, em casos graves, pneumonia e síndrome respiratória aguda. No Brasil, registrou-se cerca de 700 mil mortes até 2023, com medidas como lockdowns, vacinas e máscaras reduzindo letalidade; sequelas (COVID longa) incluem fadiga crônica e problemas neurológicos.

demandavam atividades presenciais em outros locais fora da minha comunidade, como o próprio Tempo Comunidade, que na época, me foi exigido ser realizado no território do polo. Aos poucos, conhecendo minha realidade trazida desde o início, a coordenação do curso assim como os professores passaram a se adaptar também às minhas demandas pessoais, para minha permanência no curso acontecer, e com isso, consegui chegar até aqui.

Apesar de todas as adversidades, não desisti do meu sonho. Esta é minha primeira graduação e, por isso, mantenho firme o objetivo de me formar, acreditando que a educação é o caminho para a transformação pessoal e coletiva. Cada obstáculo enfrentado ao longo dessa trajetória contribuiu para meu amadurecimento, fortalecendo minha determinação em seguir lutando por uma formação de qualidade, que me permita contribuir de forma significativa para a sociedade, especialmente para as comunidades do campo. Sigo em frente, motivada pela certeza de que a educação é um direito fundamental e uma poderosa ferramenta de emancipação e justiça social.

MINHA RELAÇÃO COM O TEMA

Durante minha adolescência em contexto rural, sempre tive contato com práticas tradicionais e conhecimentos populares, principalmente transmitidos por mulheres da comunidade. Na cidade de Timbó Grande - Santa Catarina, onde vivo atualmente, é frequente escutar relatos sobre curandeiras. Essas figuras sempre instigaram meu interesse e respeito, pois, além de servirem como agentes de cura, também são guardiãs de uma sabedoria ancestral que perdura através dos séculos, mesmo em meio a preconceitos e estigmas históricos.

Minha vida pessoal, caracterizada pelo convívio com mulheres que exercem funções cruciais em suas comunidades, teve um impacto direto na minha decisão sobre o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao notar o respeito e, simultaneamente, o preconceito que essas mulheres enfrentam, compreendi a relevância de dar destaque às suas histórias e práticas. Frequentemente, são percebidas com suspeita ou até mesmo demonizadas, fruto de uma extensa tradição histórica e cultural que vincula o feminino ao risco, ao desconhecido e, em alguns casos, ao mal. Este fenômeno, que tem suas raízes na caça às bruxas na

Idade Média e persiste em diversos contextos, inclusive no Brasil rural atual, sempre despertou em mim uma profunda inquietação (Fernandes; Federici, 2019).

Ademais, meu aprendizado com a Educação do Campo e o contato com tópicos como feminismo, questões raciais e políticas sociais intensificaram meu compromisso com a valorização das vozes femininas e a promoção da justiça social. Portanto, a seleção do tema não reflete apenas um interesse acadêmico, mas também uma posição ética e política: considero essencial resgatar e valorizar o saber dessas mulheres para enfrentar a invisibilidade e o preconceito que ainda as afetam.

Por fim, minha motivação pessoal é dar ouvidos e espaço às vozes delas, revelando suas vivências, obstáculos e vitórias. Espero que este estudo possa auxiliar na valorização do conhecimento científico e feminista, na incorporação dessas práticas e saberes na educação científica e na formação de uma sociedade mais justa, diversificada e equitativa, na qual as mulheres sejam vistas como as principais autoras de suas próprias trajetórias e de suas comunidades.

A partir desta contextualização este trabalho de conclusão de curso foi estruturado em 5 capítulos. Nesta apresentação busquei contar brevemente minha trajetória pessoal e acadêmica, destacando como minhas vivências no meio rural e o contato com saberes tradicionais femininos influenciaram minha formação e escolha do tema. Mostrando o impacto das experiências de vida na minha motivação para pesquisar a demonização² das curandeiras e benzedeadas.

² Segundo Porto Editora (2025) o termo 'demonização' refere-se ao ato ou efeito de atribuir características demoníacas, malignas ou moralmente condenáveis a algo ou alguém, frequentemente com o objetivo de marginalizar, desumanizar ou excluir determinados indivíduos ou práticas sociais". Segundo Federici (2017), a demonização das mulheres foi um projeto político e econômico fundamental para a consolidação do capitalismo e do patriarcado na Idade Moderna. A demonização retratou as mulheres como seres selvagens, bestiais e perigosos a "bruxa", o que justificou a necessidade de controle, disciplina e subordinação de seus corpos e comportamentos à ordem masculina e capitalista. No presente trabalho, o termo "demonização" refere-se à prática discursiva e cultural de construção da imagem feminina como algo intrinsecamente perigoso, ameaçador ou prejudicial à ordem social. Essa estratégia, frequentemente associada a mecanismos de controle patriarcal, transforma atributos femininos como a sexualidade, a autonomia ou o poder simbólico em fontes de malefício ou desordem, justificando sua repressão. Demonização é um termo histórico-teológico que designa o processo de associar pessoas, práticas ou grupos ao mal demoníaco, transformando-os em ameaças à ordem divina e social, originado na teologia cristã primitiva (séc. II-IV) para combater paganismo e heresias, mas sistematizado na Idade Média com a demonologia que via o Diabo como agente ativo na história humana. Surgiu com os Pais da Igreja (Agostinho, séc. IV-V), que reinterpretaram deuses pagãos como demônios para justificar conversões, evoluindo para a Inquisição (séc. XII-XVIII), onde "demonizar" hereges, judeus e bruxas significava acusá-los de pacto com Satanás, como no *Malleus Maleficarum* (1487), manual inquisitorial que alegava mulheres suscetíveis por "fragilidade carnal", justificando caça às curandeiras (hooks, 2000, p. 6). No contexto do trabalho, o termo analisa demonizações contemporâneas da mulher: hoje, saberes de benzedeadas são rotulados "pseudociência" ou

No primeiro capítulo, introduzo o tema central da pesquisa: a demonização de curandeiras e benzedeadas em Timbó Grande (SC) e seus reflexos sociais, culturais e educacionais. Explico os conceitos de “demonização” e “saber popular”, relacionando-os à Educação do Campo. Apresento a justificativa, problema, objetivos e a metodologia qualitativa baseada em entrevistas com mulheres da comunidade.

No segundo capítulo, no Referencial Teórico, fundamento o estudo em autores como Federici (2017, 2018, 2019, 2024), Delumeau (1989), (2011) e Beauvoir (1949). O referencial buscará explorar:

A construção histórica da imagem da mulher como símbolo do mal; A influência da Igreja e do patriarcado³ na perseguição de mulheres; O papel da caça às bruxas na consolidação da dominação masculina e capitalista; Os estigmas sofridos por curandeiras e benzedeadas até hoje; e A importância dos saberes tradicionais como resistência e forma de conhecimento legítima.

No terceiro capítulo, na Metodologia, descrevo a pesquisa qualitativa. Explica-se o contexto de Timbó Grande, a escolha das participantes (uma benzedeadas e uma mãe de santo), os instrumentos (entrevistas e registros orais) e os procedimentos éticos adotados. Buscando compreender o impacto da demonização na identidade e na prática dessas mulheres.

No quarto capítulo, na Análise dos Resultados, apresento a leitura crítica das entrevistas e dos dados coletados. Discutimos a religiosidade e os saberes populares como forma de resistência cultural. Analisamos como o preconceito afeta as relações familiares, a autoestima e o reconhecimento social das mulheres entrevistadas, conectando essas experiências ao ensino de Ciências e à valorização do saber popular na Educação do Campo.

No quinto capítulo, nas Considerações Finais, refletimos sobre a necessidade de desconstruir estigmas históricos e de reconhecer o valor dos saberes femininos e tradicionais. Defende a integração entre ciência e cultura popular como caminho para uma educação mais inclusiva, plural e emancipatória.

"charlatanismo" pelo discurso biomédico patriarcal, ecoando estigmas inquisitoriais que culpabilizam o feminino como "irracional/perigoso" (RAGO, 2006, p. 582), manifestando-se em misoginia digital, feminicídios e exclusão de religiões afro (orixás como "feiticeira").

³ De acordo com Federici (2017), Patriarcado é um sistema sociocultural no qual homens ocupam posições de poder e controle, estruturando relações sociais que mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui o projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é a demonização de curandeiras e benzedeadas no cenário de Timbó Grande - SC, uma comunidade rural. A discussão ocorre em um contexto caracterizado pela convivência de variados saberes e práticas, onde a sabedoria popular e o saber científico muitas vezes entram em conflito ou se complementam. Portanto, é essencial entender os processos de estigmatização e desvalorização das práticas dessas mulheres para refletir sobre a diversidade cultural e as formas de geração de conhecimento.

No âmbito da educação do campo, a pesquisa emerge da necessidade de reconhecer e integrar os saberes locais, tradicionais e populares vindos dessas mulheres, promovendo mais inclusão aos seus saberes dentro da área acadêmica. Ainda no contexto da área de formação da Educação do Campo, as ciências da natureza estão intimamente ligadas ao trabalho das mulheres que serão entrevistadas ao longo do trabalho, curandeiras e benzedeadas, ao utilizarem plantas medicinais, conhecimentos sobre o corpo humano e práticas de cura, estabelecem uma relação direta com os princípios das ciências naturais, ainda que sob uma perspectiva diferente da ciência ocidental hegemônica.

Segundo Santos (1994), a ciência ocidental é marcada pelo reducionismo, que fragmenta a realidade para o estudo; pelo objetivismo, que busca a neutralidade e a separação entre sujeito e objeto; e pelo materialismo, que descarta explicações espirituais ou metafísicas. Ela valoriza o método científico rigoroso, a experimentação controlada e a busca por leis universais e mensuráveis, por isso essa ciência difere dos saberes das curandeiras e benzedeadas.

A bruxa é vista como uma mulher que possui habilidades mágicas, frequentemente associada à feitiçaria e à prática de rituais. Historicamente, as bruxas foram perseguidas e demonizadas, especialmente durante a Inquisição⁴, onde eram acusadas de pactos com o diabo e práticas malignas. Atualmente

⁴ Segundo Rodrigues (2023), a Inquisição foi uma instituição criada pela Igreja Católica no final da Idade Média para combater heresias, julgando e punindo indivíduos acusados de práticas contrárias à doutrina oficial, como judaísmo secreto, bruxaria e sodomia, com métodos que incluíam tortura e execuções públicas. Funcionou principalmente na Europa (séculos XII-XIX), mas chegou ao Brasil colonial via Portugal, sem tribunal fixo, por meio de visitas periódicas (1591-1595, 1618-1620, 1763-1769) que investigavam cristãos-novos e práticas populares, promovendo delações e controle social. No Brasil, focou o Nordeste e Norte, punindo com penitências, flagelações ou fogueiras, estigmatizando mulheres curandeiras como bruxas.

mulheres ligadas a religiões de matrizes africanas, como Umbanda e Candomblé são frequentemente alvo de preconceitos que as ligam à bruxaria (Cunha, 2017).



Figura 1 - Inquisição medieval contra mulheres condenadas de bruxaria.

fonte: disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/392165080046754702/> acesso em 15 julho de 2024.

A curandeira é uma mulher que utiliza conhecimentos tradicionais e ervas medicinais para curar doenças. Ela é muitas vezes respeitada em sua comunidade por suas habilidades de cura e seu conhecimento sobre medicina popular, que é passado de geração a geração (Ferreira, 1996). No entanto, as curandeiras também enfrentam estigmas semelhantes às bruxas, sendo vistas como figuras ambíguas entre o sagrado e o profano.

A benzedeira é uma mulher que realiza benzimentos, uma prática de cura que envolve orações e rituais para afastar doenças ou males. Essa figura é geralmente vista com mais respeito do que a bruxa, pois suas práticas são frequentemente associadas à religiosidade cristã e à proteção espiritual dos males. (Marin; Scorsolini-Comin, 2017, p. 364).

Diante desse contexto, o presente trabalho buscará compreender como se construiu historicamente a imagem dessas mulheres curandeiras e benzedeiras no contexto da comunidade rural de Timbó Grande – SC, analisando os mecanismos simbólicos e sociais que contribuíram para sua demonização. Para isso, a pesquisa será estruturada em capítulos que abordarão: a fundamentação teórica sobre saberes tradicionais e demonização simbólica; o contexto histórico-social de Timbó

Grande; os relatos e trajetórias de vida das curandeiras e benzedoras entrevistadas; e, por fim, uma análise crítica das formas de resistência e ressignificação desses saberes no campo da Educação do Campo e das Ciências da Natureza.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, com apoio em entrevistas semiestruturadas, priorizando o respeito à oralidade e à vivência das participantes. Assim, pretende-se dar visibilidade aos saberes dessas mulheres, contribuindo para a valorização da diversidade cultural e a integração entre diferentes formas de conhecimento.

1.1 JUSTIFICATIVA:

A pesquisa propõe como tema a investigação das representações históricas e culturais de uma benzedora, conhecedora de ervas medicinais, bem como de uma mãe de santo, praticante de Umbanda e Candomblé, na cidade de Timbó Grande-SC, destacando a importância das mulheres como agentes de saúde e agentes ambientais em suas comunidades.

Este estudo se justifica pela relevância cultural e social dessas figuras femininas, que desempenham papel essencial na medicina tradicional e na preservação do conhecimento popular no município em questão, apesar de estigmas e preconceitos que afetam suas vidas e práticas.

As curandeiras e benzedoras representam uma continuidade de saberes ancestrais muitas vezes marginalizados em contextos urbanos, rurais e acadêmicos (Souza, 2025). A investigação visa também analisar as representações históricas e culturais da mulher como demoníaca em diversas sociedades, buscando compreender como esses processos se reproduzem ou avançam no contexto específico de Timbó Grande. Esta demonização remonta a períodos históricos em que as mulheres eram frequentemente associadas ao mal, como evidenciado em narrativas bíblicas e mitológicas (Federici, 2017).

Compreender o impacto da demonização nas histórias de vida das mulheres é crucial para destacar os desafios que enfrentam nas suas relações familiares, oportunidades de emprego e saúde mental, ainda nos dias atuais. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo investigar como esses estigmas afetam sua autoestima, suas vidas cotidianas e suas práticas comunitárias.

A motivação pessoal para esta pesquisa surge do desejo de dar visibilidade às vozes femininas que muitas vezes são silenciadas ou ignoradas na sociedade contemporânea. Como alguém comprometida com a promoção da diversidade cultural e do respeito às tradições locais, acredito que esta pesquisa pode contribuir para a maior valorização do conhecimento popular e a confirmação do papel essencial da mulher na comunidade de Timbó Grande. Além disso, ao abordar questões de gênero e pré-concebidas, espero promover um diálogo mais amplo sobre justiça social e igualdade de oportunidades para todas as mulheres.

Ademais, o ambiente rural de Timbó Grande, caracterizado por intensa atividade agrícola e vastas áreas de reflorestamento, favorece a conservação de práticas de saúde populares e a conservação de saberes ancestrais sobre ervas medicinais e métodos de recuperação de saúde. No entanto, essas práticas frequentemente são alvo de preconceito e marginalização, sendo vinculadas a superstições ou até mesmo a práticas malévolas, particularmente em contextos dominados por valores religiosos ou científicos dominantes.

Este contexto de estigma é intensificado pela ausência de acesso a serviços de saúde formais em certas áreas, o que destaca a relevância das curandeiras e benzedoras para a comunidade. A trajetória de Timbó Grande está fortemente vinculada a episódios de resistência e conflito, como a Guerra do Contestado⁵, que também auxiliou na construção de uma identidade regional fundamentada na proteção de territórios e tradições.

1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma a demonização das curandeiras, benzedoras e conhecedoras de ervas medicinais do campo influencia suas vidas pessoais, suas relações familiares, suas oportunidades de emprego, suas oportunidades na vida acadêmica, relações interpessoais, autoestima e saúde mental.

⁵Conforme aponta o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2025), o Contestado foi um dos maiores conflitos sociais e armados do Brasil, ocorrido entre 1912 e 1916, principalmente na região de fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná. O conflito envolveu milhares de sertanejos pobres, liderados por monges e beatos, que se rebelaram contra a exploração de grandes empresas e o governo brasileiro (CPDOC/FGV, 2025). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA%20DO%20CONTESTADO.pdf>

1.3. OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa é identificar como as representações históricas e culturais que demonizaram as mulheres curandeiras e benzedeadas ainda se perpetuam na vida das mulheres do campo do município de Timbó Grande-SC.

Deste se desdobram os seguintes objetivos específicos:

- Analisar algumas representações históricas e culturais das mulheres como demoníacas em diferentes sociedades ao longo do tempo;
- Identificar como essas representações seguem se perpetuando na vida das mulheres benzedeadas e curandeiras do município de Timbó Grande;
- Compreender quais são as principais consequências e os impactos da demonização das conhecedoras de ervas medicinais em suas histórias de vida na cidade de Timbó Grande- SC;
- Refletir sobre a invisibilidade das mulheres conhecedoras de ervas medicinais no Ensino de Ciências na Educação Básica.

2 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa proposta foi estruturada em diversas etapas, visando coletar e analisar dados segundo as entrevistas com uma curandeira/benedeada e de uma mãe do Santo da Umbanda e do Candomblé na cidade de Timbó Grande, SC, onde foi o foco da pesquisa, é um município localizado no estado de Santa Catarina, Brasil, conhecido por sua cultura e atividades econômicas voltadas à agricultura e à indústria madeireira.

O município possui aproximadamente 7.342 habitantes, segundo dados mais recentes disponíveis no IBGE em 2022. A população é predominantemente rural, refletindo o estilo de vida da região. Timbó Grande possui uma forte tradição cultural que inclui práticas de benzimento. Esta prática é uma parte importante da identidade local, sendo transmitida de geração em geração. Além disso, o município abriga apenas um terreiro de Umbanda e Candomblé na cidade, demonstrando a diversidade religiosa e cultural da população.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas participantes, em conversa com ambas mantendo seus nomes reais, Maria Goretti, mãe de santo

praticante de Umbanda e Candomblé, e Maria Groskopf, benzedeira com tradição de cura por meio de plantas medicinais e benzimentos. O roteiro de entrevista, elaborado para permitir uma conversa flexível, buscou captar as narrativas pessoais, práticas de cura, percepções sobre o preconceito e o papel social que desempenham. O primeiro contato com ambas foi através de mensagens pelo whatsapp, explicando sobre a entrevista e sua finalidade, ambas aceitaram de imediato participar e contribuir com as entrevistas, marcando datas para a realização em suas residências, ambas localizadas em Timbó Grande - SC, as quais fui a pé para poder realizar as falas, sendo recebida em suas casas pelas mesmas e suas famílias.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão mais profunda das experiências pessoais e sociais dos participantes. A metodologia incluiu entrevistas semiestruturadas, “a entrevista semiestruturada segue um roteiro prévio que orienta o pesquisador, garantindo que hipóteses e temas importantes sejam abordados, especialmente para investigadores iniciantes.

As visitas às casas das participantes revelaram ambientes acolhedores que integram espiritualidade, natureza e saberes ancestrais, refletindo a identidade das curandeiras como guardiãs de práticas integrativas.

Fui recebida na sala de estar de Maria Groskopf, um espaço sereno com imagens religiosas de Jesus, plantas ornamentais e um jardim externo repleto de espécies medicinais e decorativas. Esse ambiente transmite paz e conexão com o sagrado, onde ela realiza atendimentos, misturando fé cristã tradicional com ervas curativas.

Na casa de Maria Goretti, o acolhimento foi igualmente caloroso, com imagens religiosas de matriz africana ao lado de representações de Jesus, seu terreiro de trabalho pintado em cores claras e um jardim abundante de plantas medicinais e decorativas. O terreiro, espaço ritual dedicado aos orixás, reforça sua prática sincretista, unindo elementos afro-brasileiros e cristãos em rituais de cura coletiva.

Embora o trabalho utilize termos como benzedeira, curandeira e outros, para descrever essas mulheres, ambas as entrevistadas Maria Groskopf e Maria Goretti se identificam primordialmente como curandeiras, enfatizando seu

compromisso ético de aliviar sofrimentos alheios por meio de ervas, orações e orientação espiritual. Essa autodefinição resgata saberes populares estigmatizados historicamente, posicionando-as como agentes de resistência cultural e saúde comunitária.

O roteiro (APÊNDICE A) permite orientar a entrevista e manter o foco do trabalho, sem perder de vista o seu objetivo, mas também permite a flexibilidade do processo do diálogo e troca de saberes, permitindo aos participantes compartilharem as suas histórias de vida, práticas e percepções sobre a demonização associada às suas profissões.

As entrevistas são essenciais para a investigação qualitativa, uma vez que possibilitam o acesso a experiências, percepções e trajetórias de vida que frequentemente não são registradas em fontes oficiais. Conversando diretamente com a mãe de santo e com a benzedeira, podemos entender a realidade dessas mulheres além dos estereótipos e preconceitos. As entrevistas permitem reconhecer os conhecimentos tradicionais passados de geração em geração, examinar a percepção dessas práticas pela comunidade e ponderar sobre as consequências da demonização dessas figuras na vida pessoal, familiar e social.

A pesquisa inclui também uma revisão de referências bibliográficas sobre o tema que abordam a representação da mulher como demoníaca ao longo do tempo. Foram examinados textos acadêmicos, histórias orais e documentos históricos para ajudar a contextualizar a demonização das práticas femininas no Brasil.

Os dados coletados nas entrevistas foram analisados à luz de teorias feministas, buscando compreender como os estigmas impactam a vida das mulheres que utilizam as plantas medicinais em Timbó Grande – SC. As entrevistas foram realizadas nas residências de cada uma das entrevistadas, sendo gravadas através do celular, de comum acordo com as entrevistadas, todos os procedimentos éticos foram rigorosamente seguidos, incluindo a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas participantes.

A pesquisa busca refletir sobre a invisibilidade dessas práticas no Ensino de Ciências na Educação Básica, propondo formas de inclusão dessa concretização no currículo escolar.

Rigorosas diretrizes éticas foram seguidas. O consentimento informado foi

obtido antes das entrevistas, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Anexo I, garantindo que os participantes compreendam o propósito da pesquisa e tenham a liberdade de compartilhar suas histórias.

Foi realizado um estudo bibliográfico, incluindo livros, artigos científicos, dissertações, teses e recursos digitais que abordam a história, os conhecimentos e os estigmas associados às curandeiras, benzedadeiras e conhecedoras de plantas medicinais. O quadro teórico abrangeu autores que abordam temas como gênero, história das mulheres, conhecimentos tradicionais e educação rural.

Para aprimorar o estudo, foram empregados instrumentos audiovisuais, gravações de áudio das entrevistas, imagens e registros de práticas ancestrais. Esses materiais foram utilizados tanto para análise quanto para a divulgação dos resultados, sempre observando a ética e o consentimento das partes interessadas.

O trabalho contou com o suporte da universidade e de professores orientadores.

3. MARCO TEÓRICO: MULHERES, CAPITALISMO E SABERES ANCESTRAIS

3.1 REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS DA MULHER COMO DEMONÍACA

Segundo Rios *et al.*, (2019, p.1), “a historiografia medieval, escrita majoritariamente por homens, torna conseqüentemente o medievo totalmente masculino, e demonstra a ideia de superioridade e hegemonia masculina.”

Delumeau (2011) sinaliza que tais ações serviram de justificativa para excluir as mulheres da sociedade, que por sua vez, além de serem, muitas vezes, consideradas heréticas⁶, eram chamadas de bruxas, representando um dos maiores pecados do medievo que alguém poderia cometer. Essa imagem era associada a Eva, pois era considerada aquela que introduziu o pecado original e

⁶ Segundo Vainfas (2025), Heréticas, conhecidos como hereges eram cristãos acusados de defender doutrinas ou práticas contrárias ao dogma oficial da Igreja Católica, consideradas "escolhas" desviantes da fé ortodoxa, como judaísmo secreto (cristãos-novos), feitiçaria, sodomia ou negação de sacramentos. Na Inquisição, hereges enfrentavam julgamentos pelo Tribunal do Santo Ofício, com penas que variavam de penitências a torturas e fogueiras, visando proteger a "pureza da fé" e combater ameaças ideológicas à unidade cristã medieval. No Brasil colonial, o foco recaiu sobre curandeiras e benzedadeiras, rotuladas como hereges por práticas de cura vistas como diabólicas.

abriu “[...] o portão por onde entra o demônio, responsável direto pela condenação dos homens aos tormentos deste e do outro mundo, constituindo [...] a parceira consciente do Diabo” (Ires, 2015, p. 17).

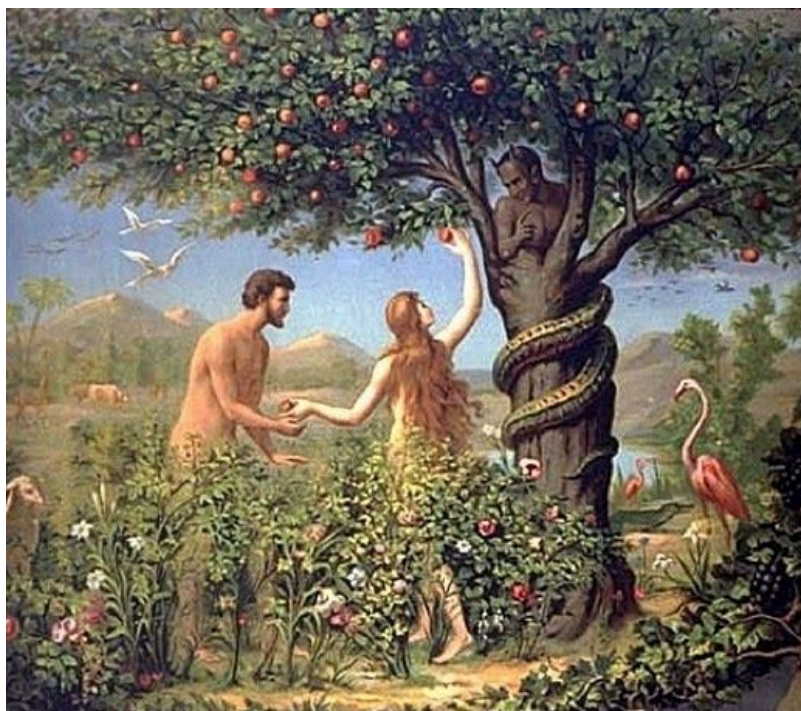


Figura 2 - Ilustração Bíblica de Eva no Jardim do Éden

fonte: disponível em: <https://images.app.goo.gl/WM87kgCvR6R3Vwrb8> acesso em 15 julho de 2024

Desse modo, podemos observar que a demonização da imagem da mulher vem, desde muito tempo, com a culpabilização de uma personagem mitológica que faz parte de várias religiões, que durante os séculos disseminaram essa história, contribuindo com a cultura de discriminação de gênero até os dias de hoje.

Segundo Pinheiro *et al.* (2018) a representação da mulher enquanto instrumento de propagação das forças malignas possui raízes históricas muito antigas. Esta associação da mulher ao mal que se credita à Bíblia (livro de Gênesis) no mundo ocidental encontra-se também na mitologia Grega.

A imagem da mulher é, então, associada ao mal desde a Antiguidade, em uma relação que se materializou no pensamento grego. Nele, as atribuições femininas que, supostamente, davam margem à propagação das forças do mal eram a astúcia e a curiosidade. Também no mito de Eva, a mulher, usando de suas artimanhas, convenceu Adão a comer do fruto proibido, tendo sido condenada ao trabalho do parto que representa profundo sofrimento: “multiplicarei as dores de tua gravidez, na dor darás à luz filhos. Teu desejo te levará ao homem e ele te

dominará” (Gênesis, 3:16). Assim, tanto na mitologia grega quanto no mito da criação que domina o imaginário ocidental, a mulher é a origem do mal que aflige a humanidade (Pinheiro, 2018, p. 153).



Figura 3 - Ilustração de "Lilith", quadro de John Collier (1887)

fonte: disponível em: <https://images.app.goo.gl/437nzHV8gAsRpyUn9> acesso em 15 julho de 2024

Lilith é uma das figuras mitológicas mais emblemáticas da demonização feminina, originária de tradições mesopotâmicas⁷ pré-bíblicas como Lilitu, demônios femininos associados a ventos noturnos, sedução e perigos para parturientes, que foram apropriados pela mitologia judaica no *Alfabeto de Ben Sira* (sécs. VIII-X), retratando-a como primeira esposa de Adão, criada do mesmo barro (Gênesis 1:27 interpretado literalmente). Sua recusa em se submeter sexualmente exigindo igualdade no ato, deitada sobre Adão leva-a a invocar o nome de Deus, fugindo do Éden para as margens do Mar Vermelho⁸, onde gera demônios híbridos e ataca crianças, simbolizando o arquétipo da mulher autônoma como ameaça primordial à ordem patriarcal (Schwartz, 2004, p. 45-50).

⁷ Segundo Kramer (1963), tradições mesopotâmicas referem-se ao conjunto de crenças, mitos, práticas religiosas e culturais desenvolvidas pelos povos da Mesopotâmia região entre os rios Tigre e Eufrates (atual Iraque), berço de civilizações como sumérios, acádios, babilônios e assírios (ca. 4000-539 a.C.), marcadas por politeísmo, templos zigurates e narrativas sobre demônios como Lilitu, ancestrais de Lilith.

⁸ Segundo Rodrigues (2024), O Mar Vermelho é um extenso golfo do Oceano Índico, localizado entre a Península Arábica (Ásia) e o nordeste da África, com cerca de 1.900-2.250 km de comprimento, largura média de 280 km e profundidade máxima de 3.040 m, conhecido por sua alta salinidade (cerca de 40%) devido à evaporação intensa e ausência de rios desaguando nele, uma localização geográfica real que evoca isolamento e ameaça na tradição judaica medieval.

No Zohar cabalístico⁹ (séc. XIII), Lilith evolui para rainha dos demônios, esposa de Samael, antagonista de Eva a "segunda mulher" submissa, justificando teologicamente a inferioridade feminina e influenciando amuletos protetores contra ela em nascimentos judaicos. Essa narrativa reforça estigmas medievais contra curandeiras independentes, vistas como "liliths" por seus saberes sobre corpo e ervas, ecoando nas perseguições inquisitoriais que rotulavam benzedeiros como pactuantes demoníacas (Patai, 1981, p. 234-245). Hoje, Lilith é ressignificada pelo feminismo como ícone de resistência, contrastando com sua demonização histórica.

Assim, por meio das mitologias, em diferentes sociedades ao longo dos anos, a imagem da mulher vem sendo demonizada, dentre os exemplos, pode-se citar algumas das mais conhecidas atualmente, que são, Lilith da Mitologia Judaico Cristã, que é uma figura controversa que aparece na tradição judaica e em algumas narrativas cristãs. Na tradição judaica, é descrita como a primeira esposa de Adão, criada ao mesmo tempo que ele a partir do barro. Lilith se recusou a ser submissa a Adão, por isso, foi expulsa do Éden. Na tradição cristã, Lilith é associada ao pecado, sendo retratada como uma figura demoníaca em alguns trechos da bíblia.

A Medusa da Mitologia Grega é uma criatura com cabelos de serpente e o poder de transformar quem a olhasse em pedra. É retratada como uma figura monstruosa e maligna, associada à ideia de perigosa e à sedução que leva à destruição. Dentre outras sociedades, os discursos acima se repetem, demonizando a imagem da mulher durante os séculos, culpabilizando-as por seduzir e destruir os homens de bem.

Medusa, na mitologia grega, é uma das três Górgonas filhas dos deuses marinhos Fórcis e Ceto, retratada como monstro com cabelos de serpentes sibilantes, presas de javali, asas douradas e olhar petrificador que transforma em pedra quem a encara diretamente, simbolizando o terror primordial e a ameaça feminina à ordem masculina (Hesíodo, *Teogonia*, v. 270-280).

Segundo a versão ovidiana posterior (*Metamorfoses*, livro IV), Medusa não nasceu monstro: era bela sacerdotisa virgem de Atena, estuprada por Poseidon no templo da deusa, que, punindo a vítima pela profanação, transforma seus cabelos em serpentes e seu olhar em arma letal, culpabilizando a mulher pela violência

⁹ Segundo Scholem (1941), O *Zohar* cabalístico é o texto fundamental da Cabala, o misticismo judaico medieval escrito em aramaico no século XIII, significando "esplendor" ou "brilho" e revelando interpretações esotéricas da Torá sobre a natureza de Deus (*Ein Sof*), as sefirot (emanações divinas) e o equilíbrio entre bem e mal.

masculina arquétipo da demonização da sexualidade feminina autônoma (Ovidio, 8 d.C., p. 790-801).

Perseu, filho de Zeus, decapita Medusa dormindo (guiado por escudo-espelho de Atena), usando sua cabeça como arma contra Atlas e na salvação de Andrômeda; de seu sangue surgem Pégaso e Crisaor, reforçando o herói masculino que domestica o caos feminino. Atena incorpora a cabeça ao égide (escudo), transformando punição em troféu patriarcal (Apolodoro, *Biblioteca*, II, 4.2).

Essa narrativa exemplifica discursos milenares que demonizam mulheres como sedutoras destrutivas, ecoando em perseguições a curandeiras — vistas como "medusas" por saberes sobre corpo e ervas —, conectando mitos gregos aos estigmas inquisitoriais (Gorgoneion como apotropaico em Freud, 1922).



Figura 4 - Ilustração de Caravaggio, *Medusa* (1595-1596)

fonte: disponível em: <https://images.app.goo.gl/2b3Jhvya9gUzGTHF6> acesso em 15 julho de 2024

3.2 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS DA MULHER COMO DEMONÍACA NO BRASIL AO LONGO DO TEMPO.

A submissão da mulher esteve intensamente presente na sociedade no decorrer dos séculos e, apesar das inúmeras conquistas já alcançadas, ainda mantém fortes marcas na atualidade, atribuindo à mulher uma posição inferior com relação ao homem (Verucci, 1994). A submissão da mulher está fortemente presente desde as sociedades mais antigas. A história demonstra que os homens buscavam valer sua posição de dominação, impondo às mulheres questões que mantinham a ordem do patriarcado (Sardenberg; Costa, 1994, p. 81).

A sociedade brasileira atual convive com um grave problema: as violências contra as mulheres, pois estas vão desde o feminicídio¹⁰ à violência sutil (Nader, 2006). De acordo com Soares, Gatt e Chagas (2022), essa sensação masculina está alicerçada na cultura patriarcal construída ao longo dos séculos por homens que monopolizaram as manifestações culturais e forjaram a ideia de que a mulher é inferior ao homem, o chamado Segundo sexo por Simone de Beauvoir (1949):

De acordo com Silva (2015 p. 26) no fim da Idade Média, período denominado como Baixa Idade Média, séculos XIV e XV a Igreja Católica com seus discursos, obras e crença impulsionaram mais fortemente a inferioridade feminina, ocasionando ódio e medo de determinados perfis de mulheres. Por conta da recorrência desse tema e pelo fato da igreja ser grande influenciadora do pensamento popular, provocou-se um surto de perseguições e execuções (Silva, 2015, p. 26).

Na civilização cristã, o papel feminino foi representado por duas figuras centrais: Eva e Maria. Eva foi a pessoa responsável pela tragédia, gerando a ideia de mulher ardilosa, perigosa, que precisa ser controlada, está em Gênesis, 2:18-24.

E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que esteja como diante dele. [...] Então, o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada. Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne (BÍBLIA, 2009, Gn 2:18.21-24).

¹⁰ Segundo Brasil (2015), feminicídio é o homicídio qualificado contra mulheres motivado por razões de gênero, tipificado no Brasil pela Lei nº 13.104/2015, que altera o art. 121 do Código Penal, considerando-o crime hediondo com pena de 12 a 30 anos de reclusão (elevada para 20-40 anos em casos graves pela Lei 14.994/2024). Ocorre em contextos de violência doméstica/familiar, menosprezo ou discriminação à condição feminina, como assassinatos por ex-parceiros, mutilações ou durante gravidez, refletindo controle patriarcal extremo sobre corpo e vida da mulher.

Considera-se que o feminino foi demonizado a partir da construção da assimetria entre os gêneros (Guedes; Coelho, 2017), calcada na interpretação eclesiástica dos textos bíblicos, baseado na noção de diferença natural entre os sexos. Esse processo alocou o feminino no espectro do demoníaco, localizando-o, assim, na subalternidade.

Barros (2023) fala que as práticas discursivas cristãs podem ser consideradas agentes disseminadores do ódio contra o feminino no contexto da cultura ocidental e responsáveis pela preservação da subalternidade da mulher. Por essa razão, acredita-se que a demonização do feminino desenvolvido pelo discurso cristão é responsável pela reprodução do machismo e da misoginia¹¹. Neto (2021), destaca que até a Revolução Francesa, a mulher não era pensada como sujeito de direito, já que a noção de igualdade era inexistente.

Para Jerônimo (1991), as mulheres interferem na racionalidade (pensamento) do homem, pois elas são movidas por paixões. Esta concepção é compartilhada pelos outros pais da Igreja, para eles, a ideia geral era de que o sexo feminino tendia a fornecer apenas seus sentimentos descontrolados – suas paixões - que, tentavam persuadir o homem com seus insaciáveis desejos, perturbando e irritando o homem.

Oliveira (2012) corrobora que no regime patriarcal, o homem tende a transformar a mulher em um ser diferente dele, criando jargões do tipo “sexo forte” e “sexo frágil”. No Brasil colonial, a diferenciação parecia estar em todas as esferas, desde o modo de se trajar até nos tipos que se estabeleciam, criando um padrão duplo de moralidade.

Freyre (1961) complementa que esse padrão duplo de moralidade permitia também ao homem desfrutar do convívio social, dava-lhe oportunidades de

¹¹ Segundo Manne (2020), o machismo é o conjunto de crenças e práticas sociais que exaltam a superioridade masculina, promovendo a dominação do homem sobre a mulher em esferas como família, trabalho e política, naturalizando desigualdades de gênero por meio de normas culturais patriarcais. Misoginia, por sua vez, é o ódio, aversão ou desprezo explícito às mulheres, manifestando-se em atitudes agressivas que desvalorizam, discriminam ou violentam o feminino como piadas sexistas, assédio ou feminicídio, atuando como "polícia de gênero" que pune quem desafia o patriarcado, sendo mais visceral que o machismo estrutural. Enquanto machismo é ideologia (homem superior), misoginia é sua execução violenta, punindo autonomia feminina; ambos se alimentam mutuamente, perpetuando estigmas contra as mulheres.

iniciativa, enquanto a mulher cuidava da casa, dedicava-se aos filhos e dava ordens às escravas. Deve-se enfatizar que as escravas, em sua situação de subordinação e desumanização, frequentemente não eram reconhecidas como mulheres neste sistema patriarcal e racista, sendo vistas como propriedade e afastadas das mesmas expectativas e direitos reservados às mulheres brancas. Portanto, a avaliação deste padrão ético deve levar em conta as acentuadas disparidades raciais e sociais que caracterizaram a vivência feminina no Brasil colonial, enfatizando que a opressão não foi uniforme, mas permeada por questões de raça e classe (Cisne; Ianael, 2022, p. 192-201).

Enquanto a mulher assumia o lugar da boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, ao homem, cabia o espaço público da produção, das grandes decisões e do poder (Coutinho, 1994). Rago (2006) ainda corrobora que toda responsabilidade dos afazeres domésticos e educação dos filhos era posta sobre a mulher, sendo que o homem se privava do cuidado do lar, da criação e educação dos filhos, preocupando-se somente com o trabalho externo que lhe atribuía status.

Os homens ocupam a esfera da liberdade e confinam as mulheres ao âmbito da necessidade (Ruether, 1993). Martins (2006) ainda acrescenta que a mulher carrega uma simbologia antitética, e o campo das necessidades cotidianas do ser humano coloca-a próxima ao Diabo.

Gevehr e Souza (2014) relatam que historicamente, a construção mental negativa sobre a figura da mulher é muito antiga, onde desde o período medieval, ela teve características muito peculiares, quando a dureza da vida material foi unida com as maquinações ideológicas da Igreja Católica para fazer surgir um ser feminino duvidoso e maligno para alimentarem as suas visões misóginas da feminilidade. Segundo Le Goff e Schmitt (2002), os defeitos do feminino foram reunidos em torno de algumas noções-chave: o corpo e seu ornamento, a palavra e seus abusos, a virgindade e as milhares de maneiras de violar o estado perfeito.

Assim, as representações que são feitas acerca das mulheres pela sociedade, mantêm estereótipos para além do limite do simbólico e se traduzem por ações concretas e discriminatórias encobertas por justificativas baseadas ora no protecionismo, ora na culpabilização. Como

apontamento introdutório à temática, cabe anotar que a mulher não nasceu oprimida, mas devido a inúmeros fatores passou a sê-lo durante a história. Dentre estes fatores, os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Portanto, a opressão somente poderá ser superada com uma mudança na superestrutura das sociedades (Muller; Besing, 2018, p.30).

Del Priore (1997) salienta que a história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia e da leitura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.

3.3 MULHERES, CORPO E CAPITALISMO

Federici (2024, p. 13) sugere uma interpretação feminista do processo de mudança do feudalismo para o capitalismo, enfatizando que "a violência foi a principal força, o principal poder econômico no início do capitalismo". A escritora emprega o conceito marxista de acumulação primitiva, porém critica a perspectiva de Marx por obscurecer o papel feminino nesse processo. Ela declara que "invisibilizar as mulheres ao falar dessas origens é negar o quão seus corpos foram apropriados nesse processo de consolidação do capitalismo"

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. (Federici; Silvia, 2024, p.14).

Ela ressalta também que a caça às bruxas foi um mecanismo fundamental para disciplinar o corpo feminino, controlar a reprodução e impor uma nova ordem social baseada na exploração do trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado, o que se apresentou na lógica contrária da solidariedade, troca de saberes populares e vida comunitária desenvolvida pelas mulheres. Nesse sentido, a autora defende a tese de que o genocídio contra as mulheres, compreendido como "caça às bruxas", foi essencial no processo do desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Federici (2024), assim como hoje, ao oprimir as mulheres, as classes dominantes oprimiam o proletariado em geral de maneira ainda mais

efetiva. Incitavam os homens que sofreram expropriação, pobreza e criminalização a responsabilizar a bruxa castradora por suas desgraças, e a ver o poder que as mulheres adquiriram contra as autoridades como um poder que elas poderiam usar contra eles. Isso demonstra como a misoginia e a dominação feminina foram empregadas para dividir comunidades e fortalecer o poder do Estado e da Igreja.

O termo “demonização”, dentro deste estudo, está diretamente ligado ao processo histórico de criminalização, perseguição e desvalorização do feminino, especialmente das mulheres que detinham saberes sobre cura, corpo e natureza. Historicamente, a “demonização” representou um mecanismo de controle social que visava transformar o corpo e o saber das mulheres em algo perigoso, pecaminoso e ameaçador à ordem patriarcal e religiosa.

Segundo Jean Delumeau (1989), a figura do demônio, ao longo da Idade Média, foi utilizada como “símbolo do mal a ser combatido” e como forma de justificar a repressão contra o diferente, especialmente contra as mulheres que se desviavam do modelo cristão ideal. A Igreja Católica consolidou o imaginário de que o feminino era “porta de entrada do mal”, associando o corpo da mulher à tentação e ao pecado. Segundo Delumeau (2011, p.47), “a mulher foi culpabilizada como a parceira consciente do Diabo, responsável pela perdição dos homens e pela ruína do mundo”.

Essa visão reforçou a crença de que certas mulheres, principalmente as que exerciam práticas de cura, magia e espiritualidade popular eram agentes demoníacas. A demonização das curandeiras e benzedeadas tornou-se, portanto, uma ferramenta simbólica e política para controlar seus corpos, suas vozes e sua autonomia social. A filósofa Silvia Federici (2018), em *Calibã e a Bruxa*, amplia essa interpretação ao relacionar a caça às bruxas à origem do capitalismo moderno. Para ela, a demonização das mulheres não foi apenas um fenômeno religioso, mas também econômico e político:

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para o homem trabalhador: o principal terreno de sua exploração e resistência. O corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio de reprodução e acumulação de trabalho” (Federici, 2018, p. 14).

Federici interpreta a perseguição às bruxas como uma estratégia de disciplinamento do corpo feminino. Ao acusar as mulheres de pactos demoníacos, o poder estatal e eclesiástico legitimava sua submissão, anulando sua autonomia sobre a sexualidade, a reprodução e os saberes tradicionais. Nesse sentido, o termo “demonização” carrega o peso da expropriação do corpo feminino e da invisibilização das mulheres como produtoras de conhecimento. Essa interpretação é corroborada por Margareth Rago (2006), que afirma que o discurso cristão e o patriarcado moderno produziram o feminino como o outro negativo do masculino, a parte irracional e perigosa da humanidade, reforçando a ideia de que a mulher precisava ser controlada para que o homem mantivesse sua autoridade. Da mesma forma, Mary Del Priore (1997) destaca que a construção histórica da feminilidade esteve marcada pela dicotomia entre “Eva e Maria” a pecadora e a pura, o que criou um modelo social que estigmatizava qualquer mulher que escapasse dessa dualidade.

A “demonização”, portanto, não se limita a um processo simbólico de atribuição de maldade, mas se materializa em mecanismos concretos de dominação. Barros (2024) argumenta que o discurso cristão foi um dos principais agentes disseminadores do ódio contra o feminino, ao representar a mulher como fonte de desordem e ameaça à moralidade social. Essa visão misógina, segundo Cisne e Ianael (2022), atravessou séculos e se manifestou nas relações coloniais e raciais, onde mulheres negras e indígenas também foram perseguidas e associadas ao mal por seus saberes e espiritualidades próprias.

Assim, o uso do termo “demonização” neste trabalho não é apenas uma metáfora: trata-se de um conceito histórico que sintetiza o processo de controle simbólico, moral e político sobre as mulheres, especialmente sobre aquelas que resistiram à lógica patriarcal e capitalista por meio de seus saberes ancestrais. Como aponta Federici (2019, p. 16), “a caça às bruxas deve ser entendida não como um evento isolado do passado, mas como uma estrutura de poder que ainda hoje define o papel e o lugar social das mulheres”. Dessa forma, compreender a “demonização” sob o olhar de Federici e de outros autores permite revelar que o estigma contra as curandeiras e benzedoras não é fruto de ignorância popular, mas uma herança histórica de perseguição e silenciamento das mulheres que ousaram

deter o poder do conhecimento e da cura.

3.4 MULHERES E A PERSEGUIÇÃO POR BRUXARIA: UM PANORAMA DA IDADE MÉDIA À ATUALIDADE

Federici (2019, p. 15), retoma e atualiza temas fundamentais de seu trabalho anterior, sustentando que “a caça às bruxas deve ser entendida como um fenômeno histórico tanto do passado quanto do presente; mulheres são perseguidas, torturadas, presas e assassinadas atualmente como consequência direta ou indireta de práticas que determinam seu papel e o que seria apropriado para elas no sistema capitalista e patriarcal.”

Esse tipo de perseguição não é um fenômeno episódico de violência contra mulheres nem uma manifestação endógena¹² de culturas tradicionais reativas ao império do valor de troca. A caça às bruxas, ao contrário, é estrutural e estruturante da sociabilidade burguesa, prática e ideologia misóginas introduzidas de fora para dentro nas comunidades.

Federici (2019, p. 16), continua e ressalta "o novo código social e ético que começou a ser imposto às mulheres, fundamentado no Estado e na Igreja". Ela sustenta que as mulheres eram consideradas bruxas porque as mudanças que originaram o capitalismo destroçaram seus meios de subsistência e a base do seu poder social, tornando-as dependentes de caridade, em uma sociedade que defendia a dissolução dos vínculos comunais.

Essa interpretação amplia o entendimento de que a caça às bruxas não foi apenas uma guerra contra a feitiçaria, mas uma guerra contra o corpo feminino, contra o saber empírico e contra as formas autônomas de vida comunitária. Como afirma Rosi Braidotti (2004), o corpo da mulher foi território de disputa simbólica e biopolítica, moldado pelos interesses de uma cultura que transforma a diferença em hierarquia. Dessa forma, a demonização das mulheres serviu como instrumento de disciplinamento e normalização, eliminando modos de existência que desafiavam o poder patriarcal e o controle estatal.

¹² Endógena refere-se a algo originado internamente, produzido pelas próprias dinâmicas ou estruturas de uma cultura/comunidade tradicional, como se fosse uma reação espontânea ou inerente a ela contra influências externas (o "império do valor de troca", ou seja, a lógica capitalista). Segundo Federici, a perseguição às bruxas não é endógena (não surge "de dentro para fora" das tradições locais), mas sim uma imposição exógena estrutural e misógina, vinda do exterior (burguesia patriarcal) para reestruturar as comunidades camponesas.

De modo semelhante, Margareth Rago (2006) destaca que as perseguições às bruxas foram fundamentais para consolidar a submissão feminina: “O corpo feminino, antes livre e sagrado em sua ligação com a natureza, foi transformado em corpo culpado, pecador e objeto de vigilância moral e social” (Rago, 2006, p. 590).

A caça às bruxas, nesse sentido, é compreendida como um dispositivo histórico de poder que vinculou o feminino ao mal, consolidando uma cultura de medo e controle. Jean Delumeau (1989) já havia apontado que o medo foi uma ferramenta poderosa utilizada pela Igreja e pelo Estado para manter a ordem social. Ele observa que “a histeria coletiva da caça às bruxas representou a institucionalização do medo e da culpa como instrumentos de dominação” (Delumeau, 1989, p. 214).

Outro autor que compactua com essa leitura é Julio Cabrera (2006), ao afirmar que o processo de moralização do corpo feminino foi um passo essencial na consolidação da sociedade moderna: “A mulher foi convertida em símbolo do pecado e da transgressão, de modo que seu corpo passou a ser visto como a origem da corrupção moral e social” (Cabrera, 2006, p. 73).

Essas ideias reforçam a compreensão de Federici (2018) de que a caça às bruxas foi uma estratégia de transição entre o feudalismo e o capitalismo, servindo para expropriar as mulheres de seus meios de produção e de seu poder reprodutivo. A destruição dos vínculos comunais e a criminalização das práticas de cura e das redes de solidariedade feminina foram mecanismos de imposição da lógica capitalista, que exigia corpos dóceis e domesticados.

Mary Del Priore (1997) também contribui para esse debate ao lembrar que, durante séculos, as mulheres foram associadas ao mal, seja pela herança bíblica de Eva ou pelo medo da sexualidade feminina: “A caça às bruxas traduziu o pavor masculino diante da autonomia e da sabedoria das mulheres, especialmente aquelas que ousavam dominar o corpo, a sexualidade e a cura” (Del Priore, 1997, p. 142).

Assim, compreende-se que o fenômeno da caça às bruxas ultrapassa seu contexto histórico original. Ele se manifesta hoje sob novas formas, como o preconceito contra mulheres líderes religiosas, mães de santo, benzedeadas e

curandeiras, especialmente as que pertencem a grupos racializados e marginalizados. Barros (2024, p.33), enfatiza que “a demonização do feminino não foi superada; ela apenas mudou de linguagem, persistindo em discursos religiosos, científicos e midiáticos que continuam a legitimar a subordinação da mulher”.

Portanto, a análise de Federici e de outros autores evidencia que a demonização das mulheres é um processo contínuo de controle político e simbólico, que atravessa séculos e se adapta às estruturas sociais contemporâneas. A bruxa medieval e a curandeira moderna são, de formas distintas, expressões da mesma resistência feminina que desafia o poder e a racionalidade patriarcal. Compreender esse processo é essencial para desmistificar as narrativas históricas que ainda associam o feminino à transgressão, reafirmando a importância da valorização dos saberes e das práticas ancestrais das mulheres.

3.5 ESTIGMAS VOLTADOS ÀS CURANDEIRAS, BENZEDEIRAS E CONHECEDORAS DE ERVAS MEDICINAIS NO CAMPO

A caça às bruxas, iniciada na Europa a partir da junção do Estado e da Igreja Católica, constituiu-se como um dispositivo que, segue ardente no presente, e fornece contornos para as perseguições, violências e assassinatos praticados contra diferentes mulheres (Federici, 2019). De acordo com Delumeau (1989), a figura cristã do demônio foi eleita como grande responsável por grande parte das injustiças sociais da época, e as bruxas, por sua vez, foram consideradas agentes humanos de atuação demoníaca no mundo.

No cenário da produção de alteridade colonial, a figura da bruxa ganhou gradativamente cores e emerge, costumeiramente, com marcadores raciais. No Brasil, suas imagens remetem às mulheres negras e indígenas, e articulam-se historicamente a práticas de perseguição e torturas direcionadas a essas mulheres por meio da subjugação de suas práticas e inferiorização de suas capacidades técnicas. Isto com vistas ao controle de seus corpos e subjetividades, a fim de que seja perpetrada uma destruição das práticas, elos e saberes: “as mulheres se converteram nas principais inimigas do domínio colonial” (Federici, 2018, p.402). Historicamente, o ofício da benzeção remonta à Idade Média, onde as mulheres que detinham o dom de curar eram frequentemente perseguidas e/ou torturadas e lançadas vivas à fogueiras até a morte, posto que a Igreja Católica, detentora de grande poder político-religioso, qualificava, muitas vezes, os

atos de curandeirismo e benzimento como bruxaria – crime este passível de morte por meios hediondos. Com a criação do Tribunal do Santo Ofício, as acusadas recebiam julgamento pelos crimes de benzeção por irem de encontro aos dogmas da Igreja, e portanto, também contra Deus. (Oliveira, 1985, p.21).



Figura 5 - Ilustração Bridget Bishop foi a primeira acusada de bruxaria e executada em Salém

fonte: disponível em: <https://images.app.goo.gl/oPkYBVUPXn66rCPx9> acesso em 15 julho de 2024

Segundo Cunha (2017), no contexto da atuação dos agentes de cura, um grupo predominantemente feminino permeia o imaginário popular, trabalhando em espaços domésticos, utilizando os artifícios de um saber mágico, ritualístico e religioso, num misto de curandeiras, rezadeiras e benzedoras que ora atuam com os saberes de uma medicina prática, ora essencialmente com a religiosidade popular, quase sempre integrando ambas.

Segundo Martins *et al.*, (2023) considerando o Brasil um mosaico diverso, povoado por pluriversos existenciais, ainda há uma considerável névoa de mistério e desconhecimento sobre as existências, saberes e modos de viver das bruxas, curandeiras e rezadeiras como parte dessa diversidade. Além claro, dos

preconceitos existentes com essas mulheres.

Segundo Ferreira (1996, p. 2), as benzedeadas tradicionais são mestras de um ofício. Uma mestra ou um mestre de ofício “é sempre um(a) sabedor(a), é alguém bastante diferenciado que encarna um semideus, um(a) pactuante com o sobrenatural, um(a) detentor(a) de um tipo de liderança, sobretudo por ser aquele(a) que transforma uma realidade”.

As benzedeadas, tal qual conhecemos hoje, sofreram um processo de estigmatização que se fez mais presente a partir dos séculos XII e XIII, com as Inquisições pregadas pela Igreja, que alegavam serem elas bruxas, portadoras de ofícios diabólicos, perigosas, hereges, produtoras de remédios, ervas que afetam a mente dos homens, dentre tantas outras acusações. Como sabemos, inúmeras delas foram queimadas vivas para que servissem de exemplo às demais pessoas que pensavam em confrontar os dogmas da Igreja. (Oliveira, 2011, p. 2877 apud Padilha, 2011, p. 2877).

Os conhecimentos e práticas versados no uso das ervas com finalidade de cura e tratamento para enfermidades do corpo e do espírito, foram transmitidos através da oralidade, de geração a geração. (Martins; Clarindo; Campos 2023). Esse ofício baseia-se em aspectos arquetípicos femininos de cuidar e curar, que exige destas total dedicação ao longo da vida. (Cunha, 2017).

Heberlê (2013) menciona que o saber ou a sabedoria popular atinge todas as regiões do Brasil e nela se engloba uma imensidade de conhecimentos apurados na vida. O aprendizado desses saberes passa de geração em geração e tais conhecimentos não necessitam de uma educação formal ou de escolas instituídas, elas se incitam em seu próprio fazer e refazer.

A transmissão desse conhecimento se dá por meio da língua e, até onde sabemos, não lança mão da escrita; quer dizer, é um conhecimento ágrafo. A memória é então o recurso mais importante da vida desses povos. Sendo um conhecimento que se transmite no espaço e no tempo pela língua, configura-se e responde a uma lógica diferente: a da oralidade. As sociedades orais não são necessariamente sociedades analfabetas, porque sua oralidade não é falta de escrita, mas sim não necessidade de escrita. (Maldonado, 1992).

No entanto, apesar disso, ainda podemos encontrar os conhecimentos das benzedeadas, benzedeiros, rezadeiras, ialorixás e raizeiros, por intermédio da história

oral contada pelas pessoas que os procuram. (Ferreira, 2023). Devido a essas “crenças e práticas” trazidas por povos de culturas, costumes diferentes convivendo juntos no mesmo espaço e contexto histórico, os saberes ancestrais são julgados como práticas de feitiçaria e bruxarias. (Ferreira, 2021; Siqueira, 2021, p. 1).

Passados séculos do fim da Inquisição, as benzedeadas ainda sofrem grande discriminação, sendo tratadas como se estivessem ligadas diretamente aos males da sociedade, como se não tivessem valor nenhum, não agregando benefícios a sociedade a qual estão inseridas e nada representassem. (Gevehr; Bitencourt; Jung, 2021 p. 57).

Rego (2023) reitera que embora as figuras das benzedeadas e curandeiras sejam seculares e parte da cultura brasileira, há ainda preconceitos, desinformação e invisibilidade sobre suas práticas –nos territórios, e talvez, especialmente, nos meio médico e acadêmico. Silva (2016, p. 23) afirma que “as benzedeadas são cientistas populares porque são mulheres que detêm o conhecimento das plantas e ervas”, somando “a mística da religião e dos truques da magia aos conhecimentos da medicina popular”.



Figura 6 - Curandeiras e Benzedeadas por João Antunes.

Fonte: <https://www.portaldasmissoes.com.br/noticias/view/id/1200/curandeiras-e-benzedeadas-por-joao-antunes.-.html> Acesso em 23 de julho de 2024.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas entrevistas, é possível estabelecer a relação entre as questões a priori previstas no referencial teórico sobre a demonização histórica da mulher, especialmente em suas práticas de cura e espiritualidade, e as evidências emergentes que surgiram nas respostas das entrevistadas.

4.1 HISTÓRIA DE VIDA E PRÁTICA

A trajetória da benzedeadora dona Maria Groskopf constitui um exemplo representativo de como o conhecimento tradicional de cura pode emergir do cotidiano e da vivência pessoal diante de adversidades. Seu percurso inicia-se em um momento de vulnerabilidade familiar, marcado pela doença severa do filho mais velho, o que a impulsionou a buscar alternativas de cuidado além do sistema médico convencional. Ela expressa que seu dom para o benzimento e as práticas curativas não foi um saber passado explicitamente pela família, embora tenha contato indireto com a irmã e a madrinha que detinham conhecimento nessa área. Essa aprendizagem empírica e intuitiva reflete uma característica comum nas práticas de benzimento: a transmissão do saber se dá por vivência direta, pela observação e, sobretudo, pela experiência da cura e do cuidado.

A dona Maria Groskopf evidencia a importância do sentimento e da fé na condução do seu trabalho. Para ela, a cura depende não apenas da técnica do benzimento ou do remédio caseiro, mas da crença da pessoa atendida, um aspecto que remete ao diálogo entre religiosidade e saúde popular...“Eu faço a minha parte, mas quem cura mesmo, quem faz tudo é Deus. É a fé da pessoa.”(Maria Groskopf, 2025). Suas práticas diárias envolvem uma série de rituais, como a benzedura com o rosário, orações específicas (muitas vezes dirigidas a São João Maria¹³, um santo

¹³ Segundo Cabral (1960), São João Maria refere-se a uma figura lendária composta por pelo menos três monges errantes (João Maria de Jesus, João Maria D'Agostini e outros) que percorreram o sul do Brasil (RS, SC, PR) entre 1844-1938, atuando como curandeiros, profetas messiânicos e pregadores contra escravidão e elites, conhecidos por milagres, jejuns e curas com ervas. No contexto da Guerra do Contestado (1912-1916), região disputada entre PR e SC, o Monge João

símbolo de fé e proteção na tradição popular) e o uso de medicamentos naturais. Ela manifesta uma rotina flexível, respondendo aos chamados da comunidade de modo relacional e responsivo, destacando a centralidade da interação pessoal e comunitária na sua prática curativa.

Em sua narrativa, a entrevistada destaca a importância da dimensão espiritual e simbólica de sua prática, sobretudo quando fala da energia que acredita curar as chamadas "bichas" (um termo popular que se refere a males espirituais ou energéticos)...“As bichas você não pode dar qualquer coisa... se acertar o remédio segura na hora, se não acertar a criança vai sofrendo.”(Maria Groskopf, 2025). Isso qualifica seu saber como uma forma específica de conhecimento tradicional que une os planos físico, espiritual e social, permitindo uma compreensão integrada dos processos de adoecimento e cura. Sua presença no contexto rural é também fundamental para a preservação de um repertório de saberes que resistem diante das pressões da medicina científica e da modernidade.



Figura 7 – Dona Maria Groskopf no jardim de sua casa.

Fonte: fotografia enviada pela entrevistada Maria Groskopf, 2025.

Maria (provavelmente D'Agostini, chegado em 1851) é precursor ideológico dos movimentos fanáticos liderados por José Maria e o monge Francisco, pregando o "Reino do Sertão" contra ferrovias estrangeiras (Brazil Railway) e posseiros. Sua influência messiânica alimentou o milenarismo sertanejo, com curandeirismo que ecoa saberes.

Do mesmo modo a mãe de Santo Maria Goretti também teve seu início em suas práticas por conta de um de seus filhos que acabou ficando muito doente. A dona Maria Goretti apresenta uma trajetória de prática espiritual e curativa mais consolidada e profundamente enraizada em uma tradição familiar e religiosa afro-brasileira. Inserida desde a infância num ambiente no qual o cuidado com a saúde, o uso de plantas medicinais e a prática da fé eram elementos cotidianos, ela constrói sua identidade de curandeira associada à umbanda e à mediunidade. Destaca o papel do pai, farmacêutico e curador rural, como uma referência inicial que lhe proporcionou um contato precoce com práticas tradicionais de cura, evidenciando a dimensão intergeracional na transmissão dos saberes...“Meu pai era farmacêutico... ele era um curador. Eu cresci vendo ele fazer garrafadas, socar ervas, atender partos, cuidar de todo mundo.”(Maria Goretti, 2025).

Sua prática é complexa e envolve um conjunto diversificado de saberes e rituais, que vão desde o manejo técnico das ervas até a realização de passes espirituais, defumações, ebós e outros rituais de purificação e fortalecimento. A mãe de santo enfatiza a necessidade de conciliar os conhecimentos ancestrais com a formação adquirida ao longo da vida, incluindo participação em cursos e aprofundamentos, o que demonstra o caráter dinâmico e multifacetado do saber tradicional.

...“Então, aquilo que o passe faz, no ebó, no descarrego, no descruzamento... cada caso é um caso... vão estar limpando a energia da pessoa.” “O meu curso de radiestesia... era um padre dando o curso... A igreja faz, aí não tem problema. Agora eu como espírita fazendo, daí tem problema.” “A fitoenergética é um curso muito bom... é chá, é benzimento, é radiestesia, é energia... tudo é conhecimento e tudo isso somado só vai contribuir.”(Maria Goretti, 2025).

O caso de doença do seu filho marca um ponto de virada para o aprofundamento de seu compromisso espiritual, motivando-a a desenvolver sua mediunidade e ampliar seu conhecimento herbalístico e ritualístico...“Veio muito assim também com o nascimento dos meus filhos... Eles vieram com problemas de saúde que fizeram eu procurar o espiritual... eu tive que buscar, conhecer... terapias, florais, chás...”(Maria Goretti, 2025).

Além disso, a mãe de santo enfatiza a dimensão comunitária e integrativa de seu trabalho, ao despertar a consciência da importância da cura integral que engloba aspectos físicos, emocionais e espirituais e reforçar a conexão entre humanidade, natureza e espiritualidade. Sua prática é compreendida como um processo contínuo de desenvolvimento pessoal, comunicacional e coletivo, que se sustenta na fé e na responsabilidade social frente aos desafios da marginalização e do preconceito...“O passe é cura, a incorporação é cura, a defumação é cura... tudo trabalha o físico, o emocional, o mental e o espiritual.” (Maria Goretti, 2025).



Figura 8 – Dona Maria Goretti no seu terreiro de trabalho.

Fonte: fotografia enviada pela entrevistada Maria Goretti, 2025.



Figura 9 – Dona Maria Goretti no seu terreiro de trabalho.

Fonte: fotografia enviada pela entrevistada Maria Goretti, 2025.

A narrativa dessas duas mulheres, portanto, não apenas descreve suas histórias individuais, mas também oferece um panorama rico do papel social, cultural e espiritual das práticas de cura tradicional no Brasil contemporâneo. Ambas demonstram como o conhecimento tradicional não é estático, mas um campo de saberes em constante construção, articulado por experiências subjetivas, relações comunitárias e contextos históricos, que perpassam a espiritualidade, a ciência popular e a resistência cultural.

Quanto à subalternização feminina no sistema patriarcal, o referencial teórico enfatiza que a mulher, confinada a espaços privados e atribuída a tarefas domésticas, sofreu uma opressão que a colocou em posição inferior frente aos homens, tanto social quanto economicamente. As entrevistadas expressam com clareza como suas identidades estão ligadas a uma missão de cuidado espiritual e curativo, atividades que se dão principalmente no âmbito comunitário e doméstico, muitas vezes invisibilizadas pela sociedade maior e pelo sistema formal de saúde. A mãe de santo relata discriminação institucional e racismo, demonstrando que a

subalternização também se manifesta em múltiplas camadas sociais, reforçando a interseccionalidade¹⁴ da opressão analisada no referencial.

A dimensão intergeracional e dinâmica do saber tradicional, a transmissão oral, a experiência direta e a vivência comunitária, destacadas nas entrevistas, ampliam a visão histórica do referencial, mostrando que o saber tradicional não é estático, mas um processo vivo, dinâmico e adaptável. Tanto Dona Maria Groskopf quanto a mãe de santo Maria Goretti demonstram que os saberes curativos são construídos a partir de experiências pessoais, familiares e comunitárias, reforçando a resiliência cultural e espiritual das práticas ancestrais.

4.2 PERCEPÇÃO SOCIAL, PRECONCEITO VIVIDO E RELIGIOSIDADE

A percepção social sobre a prática de benzedeadas e mães de santo, conforme relatada por ambas as entrevistadas, revela um panorama caracterizado por uma convivência complexa entre reconhecimento e preconceito, que impacta diretamente a experiência e continuidade dessas práticas tradicionais.

A dona Maria Groskopf relata que, no contexto de sua comunidade, há um misto de aceitação e incompreensão. Ela percebe que muitas pessoas recorrem aos seus benzimentos e reconhecem a eficácia do seu trabalho, principalmente no cuidado das crianças, mas que, ao mesmo tempo, enfrenta a fama negativa que ainda paira sobre o ofício de benzer.

Essa má fama se manifesta na associação equivocada de sua prática com "coisas negativas", juízos que ignoram o papel de cura, fé e auxílio social desempenhado por ela...“A pessoa entende que a benzedeadora é uma feiticeira, que é coisa ruim.” (Maria Groskopf, 2025).

Ela destaca que, apesar dessas concepções preconceituosas, procura não dar importância aos comentários maldosos e mantém sua força pela certeza do

¹⁴ A interseccionalidade é uma perspectiva teórico-analítica que busca compreender como diferentes sistemas de opressão como gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros, não atuam de forma isolada, mas se entrecruzam, produzindo experiências específicas de desigualdade. A ideia central é que uma mulher negra, por exemplo, não vivencia apenas o sexismo ou apenas o racismo, mas uma combinação indissociável desses eixos de opressão. A jurista e acadêmica Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo, explica que a interseccionalidade serve para “mapear as margens” e entender como diferentes estruturas de poder se sobrepõem e intensificam vulnerabilidades (Crenshaw, 1989).

valor de sua missão. Relata um episódio em que familiares e vizinhos inicialmente desconfiaram do seu trabalho, mas que, com o tempo e a demonstração dos efeitos positivos de seus benzimentos, essas pessoas passaram a reconhecer e valorizar sua ação...“A fama da gente. Tem muita gente que não entende que a pessoa tá benzendo, tá ajudando. Acham que é feiticeira... Mas eu não ligo não, faço minha parte. Depois vêm agradecer quando vê que a criança melhora.”(Maria Groskopf, 2025).

Tal relato ilustra como o preconceito muitas vezes nasce do desconhecimento e do medo do diferente, mas também como o contato direto e a experiência vivencial podem modificar essa percepção.

Além disso, a benzedeira afirma que a desconfiança das pessoas está relacionada também a uma resistência cultural que envolve o medo do desconhecido e a herança de julgamentos sociais antigos, que classificam os benzimentos como práticas suspeitas...“Tem gente que tem medo... eles ouvem falar e já pensam coisa ruim, mas não sabem que é um dom que Deus dá.” (Maria Groskopf, 2025). Revelando que a desconfiança das pessoas não surge de experiências diretas com os benzimentos, mas de uma herança cultural de preconceitos construída historicamente. Esse fenômeno é amplamente fundamentado no referencial teórico do trabalho, que demonstra como narrativas religiosas, patriarcais e coloniais produziram uma visão negativa das práticas femininas de cura.

O referencial demonstra que essa desconfiança e medo têm raízes históricas profundas, baseadas na associação da mulher ao mal, à feitiçaria e ao pecado. Delumeau (1989) explica que, durante a perseguição às bruxas, o medo foi sistematicamente criado e usado como ferramenta de controle, “a histeria coletiva da caça às bruxas representou a institucionalização do medo e da culpa como instrumentos de dominação” (Delumeau, 1989, p. 214).

Esse processo gerou uma cultura em que as práticas femininas de cura passaram a ser vistas como suspeitas, perigosas ou associadas ao demônio, exatamente o tipo de preconceito que ressurgiu nas falas da população mencionadas por Maria Groskopf.

Além disso, Barros (2024) reforça que a demonização do feminino não desapareceu, apenas se transformou, “a demonização do feminino não foi superada; ela apenas mudou de linguagem, persistindo em discursos religiosos, científicos e midiáticos que continuam a legitimar a subordinação da mulher” (Barros, 2024, p. 33).

Isso explica porque, ainda hoje, práticas como o benzimento são rotuladas como “coisa ruim”, mesmo sendo reconhecidas dentro da comunidade como gesto de cuidado e espiritualidade.

O referencial também evidencia que as curandeiras e benzedadeiras foram historicamente perseguidas porque detinham saberes de cura, considerados perigosos por desafiar o controle da Igreja e do Estado. Federici (2018) aponta, “mulheres que detinham saberes de cura foram demonizadas e perseguidas como bruxas” (Federici, 2018, p. 89-102).

Essa perseguição histórica fundamenta o preconceito atual que Maria Groskopf enfrenta. O medo que as pessoas têm hoje ecoa essa herança cultural, não é um medo real da prática, mas um medo socialmente aprendido.

Da mesma forma, Del Priore (1997), destaca o pavor masculino diante da autonomia das mulheres curandeiras, afirmando que, “a caça às bruxas traduziu o pavor masculino diante da autonomia e da sabedoria das mulheres, especialmente aquelas que ousavam dominar o corpo, a sexualidade e a cura” (Del Priore, 1997, p. 142).

Esse pano de fundo histórico explica por que, ainda hoje, práticas femininas de cuidado são vistas como ilegítimas ou ameaçadoras.

O referencial também mostra que esses estigmas foram racializados e intensificados no Brasil, “no Brasil ... essas imagens remetem às mulheres negras e indígenas e articulam-se historicamente à perseguição e inferiorização de suas práticas e capacidades técnicas” (Federici, 2018, p. 402). Esse trecho reforça que o preconceito cultural relatado por Maria Groskopf não é apenas religioso, mas também resultante de estruturas sociais racistas e coloniais.

Isso gera um cenário social no qual o exercício da cura tradicional é marcado por tensões e a necessidade constante de reafirmação do seu valor. Segundo a mesma, ela não percebe, porém, que o preconceito a tenha afetado psicologicamente de modo a desmotivar sua atuação, indicando uma forte resiliência baseada na fé e na experiência concreta de ajudar o próximo.

Por outro lado, a dona Maria Goretti expõe uma percepção social mais dura e atravessada por estigmas raciais e religiosos. Ela descreve que enfrentou olhares desconfiados, comentários negativos e discriminação aberta por vezes da sociedade em geral, mas também em contextos institucionais como a universidade, relatando episódios em que conquistou vagas em instituições de ensino para estudar e ouviu comentários maldosos falando sobre ela fazer “feitiços” para conseguir a vaga, onde sua prática foi vista com preconceito...“Na época disseram que eu tinha passado no vestibular porque ‘fiz feitiço’. Isso me marcou muito.” (Maria Goretti, 2025).

Com relação a fala da dona Goretti podemos relacionar com a religiosidade, que é um dos eixos centrais para compreender a demonização das práticas femininas abordadas neste trabalho. As religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé, possuem uma profunda conexão com os saberes ancestrais, a natureza e o sagrado feminino, dimensões historicamente marginalizadas e perseguidas pela cultura ocidental cristã. (Franco, 2021, p. 32).

Segundo Silvia Federici (2018), a perseguição às mulheres curandeiras e às bruxas europeias foi o início de uma política de controle espiritual e corporal, que também serviu de base ideológica para a colonização e a escravização de povos africanos. Essa lógica de poder, sustentada pelo Estado e pela Igreja, associou tudo que fugia ao cristianismo à figura do demônio, criando uma narrativa de “salvação” que legitimava a repressão das espiritualidades não europeias. “A colonização foi o prolongamento da caça às bruxas, pois ambas tiveram como alvo as formas de conhecimento e espiritualidade que não se submetiam à lógica capitalista e patriarcal” (Federici, 2019, p. 22).

Para Barros (2024), o discurso cristão foi um dos principais vetores de propagação da misoginia e do racismo religioso, sustentando a ideia de que “o feminino e o negro são expressões da desordem moral e espiritual” (p. 35). Esse

processo histórico ajudou a consolidar o preconceito que atinge até hoje as religiões afro-brasileiras e as mulheres que delas fazem parte.

Mary Del Priore (1997) também ressalta que a religiosidade feminina sempre foi vigiada e regulada por instituições patriarcais, pois ela representa um poder autônomo que foge ao controle masculino. As benzedeadas, curandeiras e mães de santo, ao aliar espiritualidade e cura, desafiaram a exclusividade do saber médico e religioso oficial, tornando-se alvos de estigma e perseguição. “As mulheres que dominavam saberes espirituais e medicinais foram consideradas perigosas não por sua ignorância, mas pelo poder que exerciam sobre suas comunidades” (Del Priore, 1997, p. 142).

No contexto brasileiro, Cunha (2017) e Ferreira (2023) observam que as práticas das benzedeadas e das mães de santo representam uma continuidade entre fé, ancestralidade e medicina popular. Essas mulheres unem orações, uso de ervas, cânticos e elementos simbólicos que expressam uma cosmologia baseada na harmonia entre o corpo, o espírito e a natureza. No entanto, devido à herança colonial e à hegemonia cristã, essas expressões religiosas foram frequentemente rotuladas como “macumba”, “feitiçaria” ou “coisa do demônio”.

Segundo Souza (2025), o processo de estigmatização das religiões de matriz africana no Brasil se intensificou com a construção do Estado moderno e o fortalecimento das instituições católicas e, posteriormente, neopentecostais, que associaram seus rituais ao mal e à idolatria. Essa narrativa racista e misógina busca deslegitimar uma das mais ricas tradições espirituais do país, que coloca as mulheres, especialmente as negras, no centro da prática religiosa e comunitária.

Cisne e Ianael (2022) reforçam que a resistência das mulheres negras dentro das religiões afro-brasileiras constitui uma forma de enfrentamento político: “As ialorixás e mães de santo exercem protagonismo histórico na manutenção das tradições africanas e na luta contra o racismo e o patriarcado, tornando-se símbolos de resistência e emancipação” (Cisne; Ianael, 2022, p. 194).

Essas religiões, ao contrário de promoverem a ideia de um mal absoluto, defendem a pluralidade espiritual e o equilíbrio das forças naturais. O preconceito que recai sobre suas práticas decorre de séculos de imposição de um pensamento dualista, que associa o divino ao masculino e o demoníaco ao feminino e ao não europeu.

Como destaca Rago (2006), é preciso compreender que a espiritualidade feminina, seja nas benzedoras, nas mães de santo ou nas curandeiras, é um território de resistência simbólica e política: “O sagrado feminino expressa uma potência criadora e regeneradora que ameaça o monopólio masculino sobre o saber e o poder espiritual” (Rago, 2006, p. 594).

Dessa forma, ao relacionar a religiosidade de matriz africana com o referencial teórico deste trabalho, evidencia-se que a demonização das práticas espirituais femininas é também uma forma de controle colonial e patriarcal. O mesmo olhar que queimou bruxas na Europa é aquele que, séculos depois, criminalizou terreiros, destruiu imagens de orixás¹⁵ e perseguiu mulheres negras que ousaram cuidar, curar e ensinar fora das normas da Igreja e do Estado.

Compreender essa ligação histórica é fundamental para desmistificar os preconceitos e valorizar os saberes e as práticas das religiões afro-brasileiras. Afinal, como afirma Federici (2019, p. 27), “reivindicar a memória das bruxas e das mulheres perseguidas é também reivindicar a continuidade das lutas das mulheres do presente, especialmente aquelas que mantêm viva a espiritualidade e o saber ancestral como forma de resistência”.

A narrativa da mãe de santo Maria Goretti demonstra que a sua experiência de vida está imbricada em um processo de exclusão e luta por reconhecimento, ampliando a compreensão do preconceito para além do simples juízo moral e configurando-o como um mecanismo de opressão cultural. Ela relata que a sua religião e prática espiritual foram alvo de hostilidades, críticas e tentativas de deslegitimação, o que a obrigou a esconder em alguns momentos sua identidade religiosa e o modo público de exercer sua fé...“Eu escondia minhas roupas brancas... tinha medo do preconceito.” (Maria Goretti, 2025).

¹⁵ Segundo Prandi (2001), Orixás são divindades da religião iorubá (povos da África Ocidental, como Nigéria e Benin), incorporadas às religiões afro-brasileiras como Candomblé e Umbanda, representando forças ancestrais da natureza, energias cósmicas e aspectos humanos como Oxalá (paz/criação), Iemanjá (mares/maternidade), Xangô (justiça/trovões) ou Oxum (águas doces/amor). São intermediários entre o deus supremo (Olodumaré/Olorum) e os humanos, cultuados por meio de oferendas (ebós), danças e incorporações em médiuns (cavalo/orixá de cabeça), preservando identidade africana sob sincretismo católico durante a escravidão. No Brasil, orixás simbolizam resistência cultural: cada pessoa tem seus orixás de cabeça (descoberto via jogo de búzios ou no seu desenvolvimento no terreiro), guiando destino (axé) e cura espiritual. Práticas ligadas a ervas medicinais e benzimentos como as curandeiras foram demonizadas pela Inquisição como feitiçaria, mas persistem como saberes ancestrais contra o patriarcado (Prandi, 2001, p. 45-52).

Esse sentimento de invisibilidade e rejeição social evidencia o peso da intolerância e do racismo estrutural que impactam diretamente o coletivo de mães de santo, cujas práticas são parte integrante do patrimônio cultural afro-brasileiro...“A sociedade continua queimando a gente nas entrelinhas... nossa imagem é queimada.” (Maria Goretti, 2025).

Apesar disso, a mãe de santo também sinaliza que sua prática é amplamente respeitada e valorizada dentro da própria casa em que atua, sendo reconhecida como uma figura de liderança espiritual e suporte social...“Minha prática é conhecida na comunidade e muita gente busca ajuda espiritual.” (Maria Goretti, 2025). Essa valorização comunitária contrasta com a rejeição externa e permite que ela encontre forças para continuar seu trabalho, mesmo diante dos desafios impostos pela intolerância. Sua fala revela, ainda, que o preconceito coletivo e institucional não inibiu sua dedicação, mas reforçou a necessidade de resistência e fortalecimento da identidade cultural por meio da prática religiosa e curativa.

Ambas se referem à percepção social como um terreno de tensão onde o saber tradicional e suas formas de expressão enfrentam interpretações ambíguas. Elas revelam que, enquanto parte da comunidade reconhece e busca seu auxílio espiritual e medicinal, outra parte permanece imersa em preconceitos e julgamentos que dificultam a plena legitimação social dessas práticas. Essa ambivalência exige delas, além do domínio técnico e espiritual, uma permanente resistência simbólica e emocional contra a marginalização.

As questões a priori do referencial abordam a representação histórica da mulher como demoníaca ou relacionada ao mal em diversas culturas, especialmente através dos mitos de Eva, Lilith e Medusa, e a partir da influência da Igreja Católica no medievo, que promoveu a exclusão e perseguição das mulheres sob a acusação de bruxaria. Essas representações deram origem à opressão patriarcal, associando o corpo feminino à tentação, pecado e dominação masculina, conforme discutido por autores como Delumeau (1989), Federici (2019) , e Barros (2024) . No Brasil, esses estigmas historicamente se manifestaram na subordinação feminina e na marginalização de práticas tradicionais de cura, especialmente no contexto colonial

e racista, como discutido na parte do referencial que trata da demonização das curandeiras e benzedeadas.

Nas entrevistas, evidenciam-se muitas dessas questões previstas, como, a continuidade do preconceito e estigma social contra as práticas de benzedeadas e mães de santo, que apesar de serem reconhecidas em suas comunidades, ainda enfrentam rejeição, descrédito e discriminação, especialmente em contextos institucionais e urbanos, o que confirma a persistência do legado de demonização cultural e religiosa das mulheres e de seus saberes tradicionais. A importância da fé, da espiritualidade e da experiência pessoal na condução dessas práticas, mostrando a dimensão integrada do cuidado físico, espiritual e social, o que reforça a resistência cultural e identitária dessas mulheres frente às narrativas dominantes.

O preconceito é frequentemente associado a uma visão negativa herdada de julgamentos antigos, expressando uma resistência cultural e social às práticas tradicionais, o que ecoa a análise da opressão patriarcal e da perseguição histórica mencionada no referencial. O suporte familiar, a resiliência emocional e a luta cotidiana para legitimar suas práticas indicam uma identidade de resistência baseada no reconhecimento comunitário e na preservação de saberes ancestrais, que contrabalançam a invisibilização institucional. As entrevistadas também apontam para a necessidade de integração entre o conhecimento tradicional e o saber científico, ressaltando a importância de uma educação intercultural que valorize o saber ancestral, o que sugere caminhos para superar preconceitos e ampliar o reconhecimento social dessas práticas.

Federici (2019) aponta que o corpo da mulher foi disciplinado e expropriado como meio de reprodução do trabalho na transição do feudalismo para o capitalismo, com a caça às bruxas sendo um instrumento desse controle. Nas entrevistas, vemos o corpo e o saber feminino ainda sendo controlados por preconceitos e estruturas de poder que limitam a autonomia das mulheres benzedeadas e mães de santo, classificando sua atuação como desviada ou perigosa, o que reproduz mecanismos históricos de repressão e invisibilização.

Quanto a persistência da demonização nas práticas tradicionais de cura, evidenciada no referencial, não se restringe ao passado, ela é contemporânea e

atravessa o preconceito, a marginalização e os discursos discriminatórios presentes na sociedade atual. As narrativas das entrevistadas confirmam que a marginalização das rezadeiras, benzedeadas e mães de santo, bem como as tensões para o reconhecimento social e institucional desses saberes, são um reflexo direto dessa continuidade histórica da demonização e silenciamento.

As entrevistadas relatam que o reconhecimento social é ambivalente, vivendo em um ambiente que mistura valorização e preconceito. Esse cenário dual não estava totalmente coberto pelo referencial teórico, mas enriquece a análise da marginalização ao incluir a complexidade das relações sociais contemporâneas. Para manterem suas práticas, elas precisam de uma forte resistência (emocional, simbólica e espiritual), o que joga luz sobre novos aspectos da luta por legitimação social.

No que tange a interseccionalidade da opressão, a manifestação do preconceito com nuances raciais e religiosas nas narrativas, principalmente da mãe de santo, destaca como opressões múltiplas se entrelaçam, acrescentando um aspecto de complexidade e especificidade não completamente evidenciado no referencial inicial. Tal realidade reforça a necessidade de abordagens que considerem as múltiplas dimensões da discriminação enfrentada por essas mulheres.

Em síntese, a percepção social relatada evidencia como as benzedeadas e mães de santo navegam entre o reconhecimento do valor de suas práticas para a saúde e bem-estar das pessoas e os estigmas que circundam seu ofício, fruto de um histórico de desinformação, intolerância e medo do outro diferente. Elas atuam num espaço social dinâmico e desafiador, onde o preconceito e a valorização coexistem, exigindo delas persistência e fé para garantir a continuidade do legado ancestral de cuidado e cura.

4.3 IMPACTOS PESSOAIS E FAMILIARES

As trajetórias relatadas pelas entrevistadas evidenciam que a prática de benzedeadas e mãe de santo é permeada por múltiplas dimensões pessoais e familiares, que envolvem tanto apoio como desafios decorrentes do preconceito e

da resistência social...“Eu faço minha parte... as pessoas falam, mas eu não ligo porque sei que tô ajudando.” (Maria Groskopf, 2025).

A dona Maria Groskopf relata que sua família tem um papel discreto, porém com respeito em relação à sua prática...“Eles não falam nada, eles não se metem, sabe? Eles não falam nada. Porque, tipo, assim, às vezes eles precisam também.” (Maria Groskopf, 2025).

Ela menciona que sua atuação espiritual, embora seja importante e constante para ela, não gera conflitos explícitos dentro do ambiente familiar, que não se intromete em seu trabalho, reconhecendo-a de forma silenciosa. Um exemplo do envolvimento familiar aparece quando ela narra ter sido chamada por uma criança de madrugada, momento em que precisou atender ao chamado espiritual, indicando como sua missão extrapola o tempo comum, mas conta com o suporte prático e afetivo dos que estão ao seu redor.

A benzedeira diz que, apesar de seu trabalho, não tem problemas com os processos como concursos e outros na cidade, e os familiares valorizam seu trabalho mais pelo efeito de cura do que por qualquer debate religioso. A ausência de problemas para conseguir emprego ou estudar ressalta que sua vida pessoal, embora permeada pela prática espiritual, mantém uma estabilidade a despeito do preconceito social.

Já a dona Maria Goretti oferece um relato mais abrangente e complexo acerca da interferência do preconceito e da prática espiritual em sua vida pessoal e familiar. Ela descreve que enfrentou dificuldades decorrentes de sua ligação com a religião afro-brasileira...“Muitas vezes me olharam torto... já falaram até que eu sacrifiquei criança. Isso me doeu como um punhal.” (Maria Goretti, 2025).

Destaca que o preconceito, embora pesado, foi enfrentado com a ajuda e o apoio da família, que fortaleceu sua identidade e autoestima. Sua fala indica que a família é tanto um espaço de acolhimento como um ambiente de compartilhamento e continuidade das práticas, mantendo a tradição viva. A família dela assim como ela fazem parte da sua religião, assim, ambos se apoiam nesses momentos e situações. Ao mesmo tempo, ela aponta a necessidade de criar uma proteção emocional para lidar com críticas e julgamentos externos, o que reforça a resiliência

pessoal e coletiva exigida para permanecer nesse caminho...“O meu marido sempre dizia: ‘não ligue’. Minha família sempre me apoiou muito.” (Maria Goretti, 2025).

Ambas ressaltam que o trabalho espiritual demanda não só dedicação técnica e religiosa, mas também um investimento em cuidar da saúde física e mental, de modo a preservar seu bem-estar diante dos desafios cotidianos. A mãe de santo, por exemplo, cita a importância do equilíbrio entre sua missão espiritual e suas responsabilidades familiares, enfatizando que isso é um desafio constante e exige disciplina e força interior.

A dimensão do impacto familiar também se reflete na forma como ambas as mulheres conciliam suas práticas com os cuidados domésticos e relações interpessoais. A benzedeira se refere a uma dinâmica flexível, onde o atendimento é feito quando solicitado, às vezes em horários difíceis, mas com o consentimento familiar. A mãe de santo destaca que a atuação na espiritualidade é entrelaçada com sua vida familiar, que tem papel fundamental para sua sustentação emocional e prática cotidiana.

Por fim, ambas indicam que o preconceito e a discriminação, embora latentes, não são capazes de impedir o exercício de suas práticas espirituais e curativas, pois contam com uma base sólida de suporte familiar, fé e senso de missão que lhes garante motivação e perseverança, mesmo frente às adversidades sociais...“Tem que ser forte... a gente segue de cabeça erguida.” (Maria Goretti, 2025).

4.4 SAÚDE MENTAL E AUTOESTIMA

As experiências dessas mulheres revelam que a prática do benzimento, da cura e do cuidado espiritual desempenha um papel fundamental na construção de sua saúde mental e na afirmação de sua autoestima. Ambas as entrevistadas descrevem essa atividade como uma missão de vida, que lhes proporciona um sentido de propósito, além de mecanismos de autopreservação emocional diante das adversidades.

A dona Maria Groskopf relata que sua relação com a prática é de profunda dedicação, que ela faz com fé, amor e responsabilidade...“Eu faço com rosário, rezo... faço tudo com fé, porque eu quero ajudar.” (Maria Groskopf, 2025).

Essa conexão espiritual e a certeza de estar ajudando as pessoas reforçam sua autoestima, pois ela vê seu trabalho como uma forma de dar sentido à sua vida, especialmente em momentos em que enfrenta o preconceito social ou que a sociedade não compreende totalmente suas ações. Ela afirma que, ao ver os resultados positivos do seu trabalho, sente-se fortalecida e mais confiante, o que contribui para sua saúde mental, mantendo uma sensação de realização e de utilidade social...“Eu acho assim... eu faço o bem para mim mesma ajudando os outros.” (Maria Groskopf, 2025)

A dona Maria Goretti destaca que ao longo do tempo, construiu uma identidade forte e resiliente. Em sua fala, ela reforça que a fé, a prática ritualística e o apoio da família são fatores essenciais para sua saúde mental.

..“Mesmo com tudo isso, eu nunca perdi a fé. E minha família sempre esteve comigo, sempre me apoiou. Acho que é isso que faz a gente seguir firme, né? A fé, a família, e o trabalho espiritual.” (Maria Goretti, 2025).

Ela admite que, em momentos de maior pressão social, ela busca refúgio na espiritualidade e na força da tradição, o que a ajuda a manter o equilíbrio emocional. Sua autoestima, segundo ela, está diretamente relacionada ao reconhecimento que recebe de sua espiritualidade e à sensação de que está cumprindo uma missão de preservação cultural e de cuidado espiritual...“Peço força para Deus e sigo em frente.” (Maria Goretti, 2025).

Ambas as mulheres afirmam que sua saúde mental é preservada pelo sentimento de estar ajudando o próximo, pelo fortalecimento de sua fé e pela interação com suas comunidades. Elas percebem a prática como uma fonte de força interior, que atua como um escudo contra o julgamento moral, o preconceito social e as dificuldades que enfrentam na rotina diária...“Eu não desanimo. Continuo do mesmo jeito.” (Maria Groskopf, 2025).

Além disso, essa atuação lhes oferece uma sensação de pertencimento, de utilidade e de valor próprio, fatores que elevam sua autoestima e reforçam sua resistência frente às dificuldades externas.

De forma geral, suas experiências apontam para o papel transformador do trabalho espiritual na saúde psíquica: ao exercerem suas práticas com fé, elas encontram um caminho de autoconhecimento, de realização pessoal e de fortalecimento emocional. Isso reforça a ideia de que o cuidado espiritual e a prática de cura tradicional podem atuar como fatores de proteção à saúde mental, especialmente em contextos marcados por percepções discriminatórias e estigmatizantes.

Sobre saúde mental e fortalecimento emocional, a importância da fé, do sentido de missão e da autoestima para a saúde mental das benzedeadas e mães de santo, enfatizada nas entrevistas, configura uma dimensão pessoal e comunitária que complementa a análise do referencial sobre o controle e a opressão, mostrando caminhos de resistência e resiliência internalizada. A relação entre as questões a priori do referencial teórico e as questões emergentes das entrevistas demonstra que o processo histórico de demonização da mulher, como agente de cura e domínio do conhecimento tradicional, permanece vivo e se adapta às transformações sociais contemporâneas no Brasil. As entrevistas enriquecem o entendimento ao mostrar a complexidade da vivência atual dessas mulheres, marcada pela resistência identitária, a luta contra preconceitos antigos e novos, a interseccionalidade da opressão e a busca por reconhecimento institucional e social.

4.5 IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

As trajetórias e discursos das duas entrevistadas revelam que a prática de ser benzedeadas ou mãe de santo está profundamente vinculada a construções identitárias marcadas pela compreensão do ofício como uma missão de vida, que não se restringe ao simples ato de cura física, mas implica uma responsabilidade espiritual e social.

A dona Maria Groskopf explica que seu dom veio a partir de uma experiência pessoal, da dor e da necessidade de cuidar do seu filho, algo que lhe conferiu uma identidade espiritual singular. Esse dom, embora não tenha sido

diretamente ensinado por familiares, está inserido em uma tradição popular que valoriza a cura e o auxílio próximo à comunidade. Sua identidade está, portanto, alicerçada no saber prático e na fé, tornando-se um elo entre o passado ancestral e o presente comunitário. Ela se reconhece como uma guardiã de um conhecimento que precisa ser preservado mesmo diante das dificuldades, sendo esta consciência um elemento forte de resistência cultural...“De tanto eu sofrer com o meu filho, esse dom veio para mim.” (Maria Groskopf, 2025).

Essa resistência se manifesta na capacidade de permanecer firme em seu trabalho, mesmo quando a prática é pouco compreendida ou marginalizada pela sociedade em geral.

Já a dona Maria Goretti também explica que seu dom veio a partir de uma experiência pessoal, da dor e da necessidade de cuidar do seu filho, além de incorporar a sua identidade em dimensões que incluem elementos históricos, culturais e espirituais ligados às religiões de matrizes africanas, como a umbanda. Para ela, ser mãe de santo é assumir um compromisso não apenas individual, mas coletivo, de preservação e transmissão de um saber ancestral que foi historicamente perseguido e tentado ser extinto por meio do preconceito e da violência cultural...“Eles (filhos) vieram com problemas de saúde que fizeram eu procurar o espiritual... ali começou meu desenvolvimento.” (Maria Goretti, 2025).

Ela relata como a resistência torna-se uma tarefa cotidiana, uma luta para afirmar sua fé, seu valor e a legitimidade de sua prática contra narrativas discriminatórias que visam apagar suas tradições. Passando pela reafirmação da espiritualidade como fonte de força, proteção e identidade, reforçando a importância de manter viva essa herança para as futuras gerações.

Ambas as entrevistadas destacam que a identidade ligada à cura espiritual não pode ser dissociada da resistência contra o preconceito, a marginalização e os estigmas sociais.

..“Eu já sofri muito preconceito por causa da minha religião... já falaram que eu fazia feitiço, já duvidaram de mim, mas eu nunca deixei de seguir meu caminho espiritual. Isso só me deu mais força.” (Maria Goretti, 2025).

..“Tem gente que acha que é coisa do mal, que é feitiço... mas eu continuo fazendo o bem, porque sei que ajuda. A gente tem que resistir, né? Não pode parar por causa da fala dos outros.” (Maria Groskopf, 2025).

Deste modo, o exercício de sua prática é um ato simbólico que confronta as estruturas dominantes e desafia a invisibilidade das culturas tradicionais. Elas se veem como protagonistas de uma história de luta e perseverança, garantindo o florescimento de uma cultura que, mesmo ameaçada, persiste com vitalidade e relevância social.

Esse sentido de resistência se traduz em vivências diárias que requerem força emocional e espiritual para enfrentar o julgamento, a discriminação e as tentativas de silenciamento que ainda ocorrem ao redor de suas práticas. A resistência também se manifesta no espaço da transmissão, quando as entrevistadas enfatizam a importância de compartilhar seus saberes com as novas gerações, a fim de que não haja apagamento cultural, e para que o reconhecimento social e espiritual dessas práticas seja fortalecido. “Eu ensino os meus, porque se a gente não ensinar acaba, né? Já quiseram que eu parasse, já tentaram me calar, mas eu sigo. A gente tem que continuar para não deixar morrer o que é da gente.” Maria Goretti.

..“Eu continuo benzendo porque aprendi com os antigos, e se a gente não faz, some, né? Mesmo com o povo falando, a gente tem que ter força. Eu faço todo dia, quem quiser aprender eu ensino também.” (Maria Groskopf, 2025).

Sobre a Identidade de resistência e combate ao apagamento cultural, as entrevistas reforçam que essas praticantes veem sua atuação como um exercício de resistência cultural, contra exclusão e discriminação, atribuindo significado profundo ao ofício de cura como um ato de afirmação identitária e preservação da cultura ancestral. Essa percepção amplia a compreensão dos autores do referencial que abordam a caça às bruxas como um mecanismo de dominação política e simbólica das mulheres.

Portanto, a identidade da benzedeira e da mãe de santo está intrinsecamente ligada a uma resistência ativa, que se traduz na reafirmação do valor do saber popular, na manutenção de práticas comunitárias de cura e na constante luta contra a invisibilização e o preconceito.

4.6 VISIBILIDADE E ENSINO DE CIÊNCIAS

As respostas das entrevistadas evidenciam que o conhecimento e as práticas das benzedadeiras e mães de santo ocupam, embora de forma marginalizada, um espaço importante na comunidade, mas carecem de maior reconhecimento e valorização nos âmbitos formal e institucional, especialmente na educação e na saúde pública.

A dona Maria Groskopf aponta que sua prática é pouco reconhecida oficialmente, mas muito procurada pela comunidade, principalmente para os cuidados imediatos com crianças e situações que envolvem males espirituais ou energéticos, como "bichas", sustos e queimaduras. Ela acredita que esse conhecimento popular, que é transmitido pela oralidade e pela experiência, deveria estar presente nas escolas para que as crianças possam aprender desde cedo sobre as práticas tradicionais de cura...“Eu acho que sim... a professora tem que saber alguma coisa para acudir uma criança, porque às vezes só o benzimento segura.” (Maria Groskopf, 2025).

Destaca que, se a escola incorporasse esse saber, poderia contribuir para maior respeito ao saber ancestral e para a prevenção e solução de problemas de saúde comuns no meio rural. Ela enfatiza que o ensino de ciências poderia ser ampliado para incluir esse conhecimento prático, o que ajudaria os professores e os alunos a reconhecerem que a cura é um fenômeno complexo que contempla aspectos espirituais e naturais...“Para ensinar é bom que seja na idade apropriada... mas eles entendem mesmo com uns 8 ou 9 anos.” (Maria Groskopf, 2025).

Além disso, reforça que as crianças podem começar a compreender essa realidade a partir dos 8 ou 9 anos, momento em que sua capacidade de assimilação dos conteúdos sobre saúde e espiritualidade se torna mais sólida.

De modo semelhante, a dona Maria Goretti destaca a importância do diálogo entre o conhecimento científico e o saber tradicional das práticas espirituais e fitoterápicas...“A ciência é boa, mas não pode jogar fora o conhecimento antigo que também deu certo.” (Maria Goretti, 2025).

Ela manifesta a convicção de que a educação formal poderia ser mais aberta para integrar esses saberes, reconhecendo que muitos dos remédios naturais utilizados por suas práticas têm fundamentos racionais e históricos, e que a dimensão espiritual dos processos de cura precisa ser valorizada como parte da experiência humana. Ela salienta que o ensino poderia promover uma interculturalidade que respeite e valorize as diferentes formas de conhecimento, especialmente em regiões com forte presença dessas tradições.

Também acredita que a saúde pública poderia se beneficiar dessa integração, utilizando as práticas de benzimento e terapias espirituais como estratégias complementares que ampliem o acesso e a aceitação do cuidado pela população local. Observa que, em grandes centros urbanos, já existem iniciativas para incorporar esse atendimento, mas que nas comunidades rurais isso ainda é pouco explorado, o que dificulta o reconhecimento e a formalização dessas práticas...“Em grandes centros já tem atendimento... mas aqui não, falta reconhecimento.” (Maria Goretti, 2025).

Ambas as entrevistadas manifestam uma percepção clara de que a visibilidade social dessas práticas é limitada pela ignorância e pelo preconceito, o que prejudica a valorização dos saberes ancestrais no sistema oficial. Elas reconhecem que sua atividade é mediada por uma forte relação com a comunidade, que lhes oferece acolhimento e legitimação, mas que falta, ainda, espaço na esfera pública e educativa para o reconhecimento formal e para o debate sobre a importância dessas práticas para a saúde integral da população.

As entrevistadas sugerem que uma maior visibilidade no ensino e na saúde pública não só garantiria o respeito a esses saberes tradicionais, mas também incentivaria práticas mais integradas de cuidado, que reconheçam a saúde como um fenômeno multidimensional, envolvendo corpo, mente e espiritualidade.

..“Eu acho que devia ter nas escola, né? Ensinar essas coisa pras criança, porque é coisa boa, é saúde também. Não é só médico que cura, tem a fé, tem a energia.” (Maria Groskopf, 2025).

..“Se a saúde pública entendesse a importância do espiritual junto com o físico, ajudava muita gente. A cura não é só remédio, é energia, é fé, é equilíbrio.” (Maria Goretti, 2025).

Essa integração contribuiria para a construção de políticas públicas mais inclusivas e culturalmente sensíveis, que ampliem o acesso da população a tratamentos que combinam o conhecimento empírico, o espiritual e o científico.

Em suma, as narrativas revelam que a visibilidade e valorização das práticas de benzedoras e mães de santo na educação e na saúde dependem da superação de preconceitos e da construção de espaços legítimos para o diálogo entre saberes, fortalecendo a compreensão da diversidade cultural como elemento essencial para a promoção da saúde e do bem-estar coletivo.

A Integração com saberes formais e reconhecimento institucional, o desejo expresso pelas entrevistadas de integrar seus saberes à educação formal e à saúde pública destaca uma possibilidade emergente, mostrando uma busca por valorização e legitimação que possa superar preconceitos históricos. Esse ponto amplia o debate do referencial ao incluir a dimensão contemporânea da interlocução intercultural e interdisciplinar, essencial para a construção de políticas públicas inclusivas.

Assim, o referencial teórico e as evidências empíricas das entrevistas se complementam ao oferecer um panorama profundo e multifacetado da trajetória de marginalização histórica e da persistente resistência das mulheres curandeiras, benzedoras e mães de santo no Brasil, apontando para a necessidade de visibilidade, valorização e integração desses saberes ancestrais no tecido social contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito compreender como o processo histórico de demonização das curandeiras, benzedoras e conhecedoras de ervas medicinais ainda reverbera na vida das mulheres do campo, especialmente no município de Timbó Grande – SC, analisando as marcas simbólicas e culturais deixadas pela perseguição e pelo preconceito ao longo dos séculos. O objetivo geral da pesquisa foi identificar como as representações históricas e culturais que demonizaram as mulheres curandeiras e benzedoras ainda se perpetuam na vida das mulheres do campo do município de Timbó Grande-SC.

Seguindo com os objetivos específicos que foram: analisar algumas representações históricas e culturais das mulheres como demoníacas em diferentes sociedades ao longo do tempo; Identificar como essas representações seguem se perpetuando na vida das mulheres benzedadeiras e curandeiras do município de Timbó Grande; compreender quais são as principais consequências e os impactos da demonização das conhecedoras de ervas medicinais em suas histórias de vida na cidade de Timbó Grande- SC; e refletir sobre a invisibilidade das mulheres conhecedoras de ervas medicinais no Ensino de Ciências na Educação Básica. A pesquisa permitiu refletir sobre como essas mulheres, mesmo diante de estigmas e discriminações, mantêm vivas práticas ancestrais que integram fé, conhecimento empírico e cuidado com o outro.

Ao longo do percurso teórico e das análises realizadas, percebeu-se que a figura da mulher associada ao mal desde os mitos de Eva e Lilith até as perseguições da Inquisição e as formas atuais de intolerância foi construída por uma tradição patriarcal e religiosa que buscou controlar o corpo feminino e silenciar seus saberes. A leitura de Federici (2018, 2019) foi fundamental para compreender que a caça às bruxas não se restringe a um evento do passado, mas representa uma estrutura de poder que persiste em diversas formas de violência simbólica e social contra as mulheres, sobretudo aquelas ligadas a espiritualidades e conhecimentos populares.

A presença das religiões de matriz africana nesta pesquisa também revelou um aspecto essencial da resistência feminina. As mães de santo, ialorixás e benzedadeiras são, hoje, herdeiras da sabedoria ancestral de mulheres que ousaram curar, acolher e ensinar fora dos limites impostos pela Igreja e pelo Estado. Suas práticas mostram que a espiritualidade, longe de ser sinônimo de superstição, é uma forma legítima de conhecimento e expressão cultural, que conecta corpo, mente e natureza. Nesse sentido, valorizar esses saberes é também reconhecer a pluralidade epistêmica do Brasil, um país que nasceu da mistura de povos, crenças e modos de vida.

As entrevistas e os estudos bibliográficos revelaram o quanto o preconceito ainda atravessa a vida dessas mulheres. No entanto, também evidenciaram a força que possuem ao transformar sua fé e seus saberes em instrumentos de cuidado e resistência. Essas mulheres representam a continuidade de um legado que se sustenta na oralidade, na experiência e na espiritualidade, elementos que dialogam

diretamente com os princípios da Educação do Campo¹⁶, que valoriza o conhecimento construído na vivência e no território.

Do ponto de vista pessoal, a escolha deste tema nasce de uma inquietação e de uma vivência concreta em meio rural, convivendo com mulheres que praticam o benzimento e o uso de ervas medicinais. Esse contato despertou em mim um profundo respeito e curiosidade por suas histórias, e também a necessidade de dar visibilidade a suas vozes. Ao longo da escrita deste trabalho, percebi que mais do que uma pesquisa acadêmica, esta é uma forma de reparação simbólica e histórica, um gesto de reconhecimento àquelas que foram silenciadas pela intolerância e pelo medo, mas que seguem ensinando com suas mãos, suas palavras e sua fé.

Acredito que esta pesquisa poderá contribuir positivamente para as pessoas que vierem a lê-la futuramente, especialmente estudantes, educadores e profissionais da saúde e da cultura. Ao conhecerem essas histórias, poderão desenvolver um olhar mais sensível e crítico diante da diversidade religiosa e cultural do Brasil. A informação tem o poder de romper preconceitos e reconstruir narrativas, e espero que este trabalho sirva como uma ponte entre o saber científico e o saber popular, dois campos que, quando se unem, podem promover uma educação mais humana, inclusiva e transformadora.

Ademais, torna-se imprescindível destacar que a demonização histórica dessas mulheres não foi um fenômeno isolado, mas um processo estrutural e multifacetado que atravessou séculos e continentes, adaptando-se aos contextos coloniais e contemporâneos. Como evidenciado pelas entrevistas realizadas, as marcas simbólicas dessa perseguição ainda estão presentes na vida social das mulheres do campo, que enfrentam um estigma que combina barreiras religiosas, raciais, culturais e institucionais.

Este contexto revela a persistência de um sistema patriarcal que se utiliza da demonização como estratégia para controlar o corpo, os saberes e a autonomia

¹⁶ Segundo Brasil (1996), A Educação do Campo surge no Brasil a partir de lutas dos movimentos sociais rurais (MST, MMC, etc.) contra o modelo urbano-centrado da educação, propondo ensino contextualizado às realidades do campo agricultura familiar, saberes tradicionais e territórios rurais com princípios como respeito à diversidade cultural, participação comunitária, formação integral crítica e articulação entre escola e modos de vida camponeses. Tendo como princípios a Dialécticidade e educação popular (inspirada em Paulo Freire): diálogo entre saberes escolares e populares, visando emancipação e superação da opressão. Adequação curricular: conteúdos e calendário escolar adaptados ao ciclo agrícola, valorizando saberes tradicionais. Resistência ao agronegócio: formação para soberania alimentar e contra monoculturas exportadoras e a Inclusão territorial: escola como espaço de luta pela terra e identidade rural (art. 28, LDB 9394/96).

feminina. As práticas dessas mulheres são, portanto, um ato político e cultural de resistência, que desafia a narrativa hegemônica e busca resgatar e preservar conhecimentos que foram historicamente deslegitimados e silenciados. A força dessas práticas reside não apenas na matéria-prima dos saberes ancestrais, mas na sua capacidade de integrar espiritualidade, empatia e cuidado comunitário, oferecendo alternativas de cura e suporte social que transcendem a dimensão técnica e científica.

Além disso, a pesquisa evidencia que as práticas de cura e os saberes das curandeiras, benzedeadas e mães de santo exercem um papel fundamental na saúde mental e no fortalecimento emocional dessas mulheres. A fé, a espiritualidade e o sentimento de missão são fatores essenciais que garantem a resiliência diante das adversidades, reforçando sua autoestima e senso de pertencimento. Esse aspecto sublinha a dimensão humanizadora e integrativa dessas práticas, que articulam corpo, mente e espírito numa busca constante pelo equilíbrio e bem-estar.

Essas reflexões convidam a sociedade a ampliar sua compreensão sobre o feminino, para além das narrativas de opressão e demonização, reconhecendo a multiplicidade de expressões culturais e espirituais que compõem a identidade brasileira. Valorizar as mulheres curandeiras e suas práticas é reconhecer um patrimônio cultural vivo, que requer respeito, proteção e afirmação como parte essencial da história e do futuro do país. É um chamado para que as novas gerações de educadores, pesquisadores e profissionais da saúde ampliem suas perspectivas e fortaleçam uma educação e uma cultura que acolham as vozes tradicionalmente silenciadas, promovendo justiça social, equidade de gênero e riqueza cultural para todos.

Considerando os resultados das entrevistas e a análise do referencial teórico, constatou-se que o ensino de ciências na escola detém um papel fundamental para a valorização e o reconhecimento dos saberes tradicionais femininos, especialmente aqueles associados às práticas de cura, benzimento e espiritualidade historicamente demonizadas e marginalizadas. Integrar no currículo escolar conteúdos que abordem a pluralidade cultural e religiosa, como as tradições das mulheres curandeiras, benzedeadas e mães de santo, é um caminho para construir uma educação respeitosa, inclusiva e crítica.

Incorporar esses saberes no ensino de ciências ajuda a desconstruir preconceitos e estigmas que atravessam as relações sociais, promovendo o

respeito à diversidade epistêmica e cultural do Brasil. Essa integração possibilita que estudantes compreendam que o conhecimento científico não é único ou superior a outras formas de saber, mas sim parte de um universo mais amplo que inclui práticas ancestrais, cosmologias e espiritualidades diversas.

Além disso, o ensino de ciências pode contribuir para o fortalecimento da identidade e autoestima das estudantes, sobretudo meninas, ao apresentar exemplos vivos de mulheres que resistiram às opressões históricas e continuam atuantes na produção de saberes ligados à saúde e à cura integral. Assim, o espaço escolar torna-se um ambiente onde se promove o diálogo intercultural, a valorização da história das mulheres e a sensibilização para as múltiplas dimensões do cuidado com o corpo e o espírito.

Essa articulação entre o ensino formal e os saberes tradicionais favorece a ampliação das perspectivas sobre saúde, cultura e religião, além de estimular políticas públicas mais inclusivas que reconheçam e valorizem o patrimônio cultural afro-brasileiro e as práticas medicinais ancestrais. Nesse sentido, promover esse diálogo nas escolas é investir na formação de cidadãos críticos, conscientes e respeitosos, capazes de construir uma sociedade mais justa e plural.

Por fim, esta pesquisa reforça que valorizar a voz das curandeiras, benzedoras e mães de santo é também reconhecer a importância do feminino na história da humanidade. O que antes era visto como feitiçaria, hoje pode e deve ser compreendido como ciência, cultura e espiritualidade popular. Que esta reflexão inspire novos estudos, novas escutas e novas práticas educativas que valorizem os saberes do campo, a força das mulheres e a riqueza das tradições que sustentam nossa identidade coletiva.

6 REFERÊNCIAS

ANSS. Guia de diversidade e inclusão. Brasília, DF: Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/ans-lanca-publicacao-sobre-diversidade-e-inclusao/copy_of_GuiaANSdediversidadeeincluso.pdf. Acesso em: jul. 2024.

BARROS, V. Demonização do feminino e misoginia a partir do movimento de caça às bruxas. *Revista Prâksis*, Novo Hamburgo, v. 21, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2024.

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. (Obra original publicada em 1949).

BÍBLIA. *Almeida Revista e Corrigida*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. Gênesis 2:18-24. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/2/18-24>. Acesso em: 12 dez. 2025.

BIROLI, F. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, 2010. DOI: 10.4000/rccs.1765. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1765>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRAIDOTTI, R. *Metamorfoses: rumo a uma teoria materialista do devir*. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *COVID-19: o que é, causas, sintomas, tratamento*. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 12 dez. 2025.

CABRERA, J. *Margens do humano: teoria negativa da educação moral*. Brasília, DF: Editora UnB, 2006.

CASTRO, J. Mulheres no cinema ao longo dos anos. *Roteiro e Narrativas*, 2022. Disponível em: <https://roteiroenarrativas.com.br/mulheres-no-cinema-ao-longo-dos-anos/>. Acesso em: jun. 2024.

CIÊNCIA HOJE. As bruxas do passado e do presente. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/as-bruxas-do-passado-e-do-presente/>. Acesso em: 23 maio 2025.

CISNE, M.; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 191-201, 2022.

CUNHA, L. *Abençoada cura: poéticas da voz e saberes de benzedeiros*. Natal: UFRN, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25621/1/AbençoadaCuraPo%C3%A9ticas_Cunha_2017.pdf. Acesso em: jun. 2024.

DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, S.; FEDERICI, S. Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Disponível em: https://ia803404.us.archive.org/10/items/1-4909089100398592204/1_4909089100398592204.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

FERREIRA, J. P. Os ofícios tradicionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 102-106, 1996.

FERREIRA, T. *Memórias, histórias e saberes de benzedeiros(os), rezadeiras(os), raizeiras(os) e ialorixás de Viçosa e Ponte Nova – MG*. Viçosa: UFV, 2023.

Disponível

em:

<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/31276/1/texto%20completo.pdf>.

Acesso em: jun. 2024.

FRANCO, G. P. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. *Sacrilegens*, v. 18, n. 1, p. 30-46, 2021. DOI: 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GEVEHR, D.; BITENCOURT, A.; JUNG, C. Saberes, afazeres e crenças de mulheres benzedoras: uma revisão sistemática da produção científica recente. *Revista Licencia & Acturas*, Ivoti, v. 2, n. 1, p. 57-70, 2021.

GEVEHR, D.; SOUZA, V. As mulheres e a Igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça às bruxas. *Revista Acadêmica Licencia & Acturas*, Ivoti, v. 2, n. 1, p. 113-121, 2020.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M.; COELHO, E. A. C. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 362-378, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/7166>. Acesso em: jun. 2024.

HEBERLÊ, M. O. Um estudo da concepção dos profissionais de saúde sobre as práticas integrativas e complementares em saúde. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

HESÍODO. *Teogonia*. São Paulo: Penguin Classics, 2018.

HOOKS, B. *Feminism is for everybody: passionate politics*. Cambridge: South End Press, 2000.

LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.

MANNE, K. *Abaixo das mulheres: a lógica da misoginia*. São Paulo: Elefante, 2020.

MARIN, R. C.; SCORSOLINI-COMIN, F. Desfazendo o "mau-olhado": magia, saúde e desenvolvimento no ofício das benzedeadas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 362-373, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bKCy6WKB3fb3TbZwWPK7DZw/>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTINS, C. A. *Faces do feminino sagrado: o arquétipo da mulher selvagem*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/964/1/CAMILA%20ALVES%20MARTINS.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

MARTINS, R.; CLARINDO, A.; CAMPOS, M. Bruxas, curandeiras e benzedeadas: existências e resistências. *Revista Mosaico*, São Paulo, v. 15, n. 23, 2023. DOI: 10.12660/rm.v15n23.2023.88865.

MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 40, p. 11-25, 2018. DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle40.01. Acesso em: 10 jul. 2025.

MONTENEGRO, J. J. S. *Cultura e saberes populares em comunidades rurais do vale do Jaguaribe, Ceará*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOREIRA, M. A. *A teoria da aprendizagem significativa: subsídios teóricos para o professor pesquisador em ensino de ciências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MULLER, C. M.; BESING, M. A trajetória histórica da mulher no Brasil: da submissão à cidadania. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 25-46, 2018.

NADER, M. B. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (org.). *História, mulher e poder*. Vitória: Edufes, 2006. p. 1-20.

ODOSSIE. Cultura e raízes da violência contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>. Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA, A. A evolução da mulher no Brasil do período da colônia à república. 2012. Dissertação – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10183/29/103.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

OLIVEIRA, E. R. *O que é medicina popular*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

OLIVEIRA, Oseias. In: PADILHA, M. A. Congresso Internacional de História, 21-23 set. 2011. Anais... [S. l.], 2011. p. 2877.

OVIDIO. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PATAI, I. *The Hebrew Goddess*. Detroit: Wayne State University Press, 1981.

PERRINI, C. M. L. Medusa - função feminina: conter, mediar, intuir e proteger. *Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 53, n. 98, p. 257-272, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352020000100020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: jun. 2024.

PORTO EDITORA. Demonização. *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora, Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/demonizacao>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578-606.

REGO, M. *Saberes tradicionais, práticas de benzimento e educação popular em saúde*. 2023. Dissertação (Mestrado) – UFSJ, São João del-Rei, 2023. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO%20MARIA%20FERNANDA%20FINAL.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

RIOS, D. et al. A demonização da mulher: uma repressão do feminino na Baixa Idade Média e na modernidade. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, Campinas, n. 27, 2019.

RODRIGUES, A. Inquisição no Brasil: como o Tribunal do Santo Ofício perseguiu brasileiros. *G1*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/07/06/inquisicao-no-brasil-como-o-tribunal-do-santo-oficio-perseguiu-brasileiros>. Acesso em: 12 dez. 2025.

RODRIGUES, M.; RAMOS, J. E. M. Mar Vermelho: o que é, características, localização e história. *Sua Pesquisa* [S. l.], . Disponível em: https://www.suapesquisa.com/respostas_geografia/mar_vermelho.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

RUETHER, R. R. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1994.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGEMER, M. C. L. (org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCHOLEM, G. *Major trends in Jewish mysticism*. New York: Schocken Books, 1941.

SCHWARTZ, H. *Lilith's cave: Jewish tales of the supernatural*. New York: Oxford University Press, 2004.

SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS. *Gênero, diversidade e desigualdades na educação*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gênero+diversidade+e+desigualdade+na+educação.pdf](https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/g%C3%AAnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: jun. 2024.

SILVA, J. *A demonização da mulher: das representações em discursos católicos à análise das bruxas nas obras de Hans Baldung Grien*. 2015. Dissertação – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

SILVA, P. K. B. Saberes e poderes: a expressividade das benzedeadas remanescentes em Jaci Paraná/RO. In: Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sulocidental, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus, 2016.

SOARES, C.; GATT, P.; CHAGAS, T. *Representações do feminino na Antiguidade e no Medievalo*. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022. Disponível em: https://editoramilfontes.com.br/acervo/Representacoes_do_feminino.pdf. Acesso em: jun. 2024.

SWIFT, T. I did something bad. In: SWIFT, T. *Reputation* [fonograma]. 2017. 1 faixa (3 min 58 s). Disponível em: <https://open.spotify.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SWIFT, T. Nothing new (feat. Phoebe Bridgers). In: SWIFT, T. *Red (Taylor's Version)* [fonograma]. 2021. 1 faixa (4 min 18 s). Disponível em: <https://open.spotify.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SWIFT, T. The man. In: SWIFT, T. *Lover* [fonograma]. 2019. 1 faixa (3 min 10 s). Disponível em: <https://open.spotify.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

UTSUNOMIA, R. *Desvendando o sistema ABO: subsídios para o ensino de ciências e biologia* [CD-ROM]. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Botucatu, Botucatu, 2010.

VERUCCI, F. Mulher e família na nova Constituição brasileira. In: TABAK, F.; VERUCCI, F. (org.). *A difícil igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 55-75.

APÊNDICE A

Perguntas para a entrevista

História de Vida e Prática, introdução da entrevista para as entrevistadas

Eu gostaria de começar essa entrevista conhecendo você melhor: Conte sobre você, como é sua rotina de vida e trabalho? Como e quando você começou a atuar como curandeira/benzedeira/conhecedora de ervas medicinais? De que forma você aprendeu seus conhecimentos sobre ervas e práticas de cura? Quais são as principais práticas ou rituais que você realiza no seu dia a dia?

Percepção Social

Você já sentiu ou ainda sente preconceito ou discriminação por causa da sua prática como benzedeira/mãe de santo? Pode contar algum episódio marcante? Como você percebe a visão das pessoas da sua comunidade sobre o seu trabalho? Já teve sua prática associada a algo negativo? Como isso te afetou

Impactos Pessoais e Familiares

A discriminação/preconceito em relação a suas práticas influenciaram sua vida pessoal e familiar? Sua família te apoia? Como eles lidam com possíveis críticas externas? Você já enfrentou dificuldades para conseguir emprego ou estudar por conta da sua atuação como curandeira?

Saúde Mental e Autoestima

Como essas experiências de preconceito impactaram sua autoestima e saúde mental? O que te motiva a continuar com sua prática, mesmo diante das dificuldades?

Visibilidade e Ensino

Explicar o contexto escolarizado dessa pesquisa, que se insere no contexto do ensino de ciências, diante disto: Você frequenta ou frequentou a escola? Você se lembra das suas aulas de ciências? Você sente que seu conhecimento é ou poderia ser valorizado na escola ou na comunidade? Como acha que o ensino de ciências poderia abordar melhor o saber das curandeiras e benzedeiros? Como

acha que a saúde pública na nossa comunidade poderia utilizar e abordar o saber das curandeiras e benzedeadoras?

Identidade e Resistência

O que significa para você ser curandeira/benedeira no contexto rural de Timbó Grande? Que mensagem gostaria de deixar para as novas gerações sobre o valor do conhecimento tradicional?

ANEXO I



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA**



Centro de Ciências da Educação

Departamento de Educação do Campo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezada; você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: “ **A Luta Contra a Demonização das Curandeiras: Desvendando Estigmas como Subsídio para o Ensino de Ciências da Natureza na Educação do Campo**”, que será realizada pela pesquisadora Maiara da Silva Pereira, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, tratando-se de uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso (TCC). Para que você possa contribuir com a pesquisa necessito do seu consentimento, logo, é preciso que você assine esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, também chamado de TCLE, que nada mais é que um documento em que as convidadas a participarem de pesquisas científicas são informados de todas as características, objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e garantias às participante, entre outros aspectos relacionados às pesquisas, além de fornecerem aos pesquisadores sua anuência para a realização do estudo.

O objetivo geral da pesquisa é identificar como as representações históricas e culturais que demonizaram as mulheres curandeiras e benzedeadoras ainda se perpetuam na vida das mulheres do campo do município de Timbó Grande-SC. Deste se desdobram os seguintes objetivos específicos: Analisar algumas representações históricas e culturais das mulheres como demoníacas em diferentes sociedades ao longo do tempo, identificar como essas representações seguem se perpetuando na vida das mulheres benzedeadoras e curandeiras do município de Timbó Grande, compreender quais são as principais consequências e os impactos da demonização das conhecedoras de ervas medicinais em suas histórias de vida na cidade de Timbó Grande- SC, refletir sobre a invisibilidade das mulheres

conhecedoras de ervas medicinais no Ensino de Ciências na Educação Básica.

Sua participação se dará da seguinte forma: faremos uma entrevista para conversar sobre sua história de vida a partir das suas relações com o tema. Essas narrativas podem ser contadas oralmente sendo necessário, neste caso, gravar a história contada, ou pode ser produzida através da escrita e da fotografia. Dessa forma, já pedimos a sua autorização, também, para gravarmos a conversa e para utilizar as narrativas que você produzir:

- Autorizo a filmagem de minha atividade.
- Não autorizo a filmagem de minha atividade.
- Autorizo a gravação em áudio de minha entrevista.
- Não autorizo a gravação em áudio de minha entrevista.

Esclarecemos que, as gravações, fotos serão utilizadas exclusivamente para essa pesquisa. Em hipótese alguma serão utilizadas para outras finalidades.

Ressaltamos, porém, que todas as pesquisas com seres humanos envolvem algum tipo de risco. A resolução CNS 510/2016, que estabelece normas para pesquisas, define como risco da pesquisa “a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”. Nesta pesquisa os riscos podem envolver o cansaço ou nervosismo durante a entrevista. Buscando minimizar estes riscos, durante as entrevistas, você poderá realizar intervalos, descansar, tomar água, alimentar-se, ir ao banheiro e/ou remarcar, interromper a conversa completamente e/ou desistir de participar da pesquisa na hora que desejar. Além disso, a pesquisadora ficará atenta aos sinais verbais e não verbais durante as entrevistas, cuidando para que o entrevistado não seja submetido a grandes tensões. Caso estas ou outras situações venham a ocorrer, a pesquisadora se compromete a encerrar a sessão, voltando a entrar em contato para reagendar outro encontro.

Faremos uso do termo de consentimento, prezando para que o processo seja realizado de modo autônomo, consciente, livre de intimidação e esclarecido. A pesquisa será desenvolvida de maneira ética, evitando qualquer interpretação que possa acarretar em prejuízos ao entrevistado ou à comunidade, respeitando os

valores sociais, morais, religiosos e culturais envolvidos, de acordo com as normas da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão de curto, médio e longo prazo. Visibilizar os saberes referentes às curandeiras, benzedadeiras e mães de santo, especialmente no contexto da demonização que enfrentam, é fundamental para reafirmar a importância da preservação e valorização dessas práticas tradicionais no campo brasileiro. Essa visibilidade pode promover estímulos para a continuidade dos bens culturais, ambientais e espirituais, contribuindo para a superação dos estigmas e preconceitos ao longo do tempo. O benefício direto de sua colaboração nesta pesquisa está na valorização e reconhecimento das suas experiências, práticas e saberes, fortalecendo suas relações com a comunidade, o campo e a dimensão espiritual que permeia suas atividades. Em um aspecto específico, a contribuição para a Educação do Campo e para as Ciências da Natureza pode ser entendida como um benefício a médio e longo prazo, ao proporcionar a incorporação de metodologias de ensino que respeitem e integrem a tradição oral, os saberes ancestrais e as práticas culturais, contrapondo a marginalização histórica dessas mulheres. Além disso, as narrativas, memórias e lembranças coletadas evidenciam as ressonâncias coletivas que se estabelecem a partir da trajetória e constituição das curandeiras como sujeitos sociais e guardiãs de saberes populares, contribuindo para a construção de uma identidade cultural plural e fortalecida frente aos processos de demonização. Dessa forma, a pesquisa não só reconhece o valor desses saberes, mas também oferece ferramentas para sua valorização, resistência e transmissão, promovendo justiça social, diversidade cultural e inclusão no campo educacional e social.

A legislação brasileira não permite que um participante de pesquisa tenha qualquer compensação financeira pela sua participação. Ressaltamos que você não terá nenhuma despesa advinda de sua participação na nossa pesquisa. Caso surja alguma despesa extraordinária associada à pesquisa, nós garantimos o ressarcimento nos termos da lei.

Lembramos ainda que, a qualquer momento, você pode desistir da participação nessa pesquisa e retirar o seu consentimento sem qualquer prejuízo ou penalização. Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um

documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com as normas da Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, **Maiara da Silva Pereira** da seguinte forma:

- 1- Pelo telefone (49) 999729449
- 2- Pelo e-mail: maiarapereira8182@gmail.com

Maiara da Silva Pereira
Pesquisadora Responsável

Li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e concordo em participar da pesquisa.

Timbó Grande, _____ de Outubro de 2025.

Assinatura da participante: _____